



Concorrência Nacional Eletrônica nº 20260002/DETRAN/CE

Processo nº 08012072021202485

UASG: 943001

Número Comprasnet: 95052/2026

O Departamento Estadual de Trânsito, por intermédio da Comissão de Contratação 02, designada por ato do Governador do Estado pelo Decreto nº 36.117, de 17 de julho de 2024 e pelo Decreto nº 36.446, de 19 de fevereiro de 2025, que ora integram os autos, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de *Maior Desconto* por item, conforme Especificações Técnicas constantes no Anexo I.

1.2. O modo de disputa será o *Aberto e Fechado*.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por *empreitada por preço unitário*.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de EXECUÇÃO DE OBRA COMUM DE REFORMA DO ESPAÇO BEM-ESTAR (SEDE DETRAN/CE/MARAPONGA), Av. Godofredo Maciel, 2900 – Maraponga – Fortaleza - CEARÁ, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.2. A licitação será realizada conforme Anexo I – Especificações Técnicas, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que a compõe.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos *sítios* www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguo/loginPortal.asp>, pela Comissão de Contratação 02.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A Comissão de Contratação 02 atende pelo telefone de nº (85) 3125.9394 e pelo e-mail: cel02@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **07/05/2026**.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **22/05/2026 às 10h**.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **22/05/2026 às 10h**.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarçada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarçada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Completa: 08200003.26.782.313.13176.03.449051.1.5011200070.1

Reduzida: 29623

8.2.1. Gestão/Unidade:08200003 -DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

8.2.2. Fonte de Recursos: 501 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

8.2.3. Programa de Trabalho: 313 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE – AÇÃO:13176 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DO DETRAN-CE

8.2.4. Elemento de Despesa: 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.5.12. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.6. É permitida a participação de consórcio, limite máximo de 03 (três) empresas, nos termos do Decreto Estadual nº 35.067/2022 e o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

9.6.1. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

9.6.2. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.6.2.1. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.6.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

9.6.4. Os atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, possuem responsabilidade solidária de todos os seus integrantes;

9.6.4.1. O compromisso de constituição de consórcio e o contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor deverão conter cláusula de responsabilidade solidária;

9.6.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

9.6.6. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

9.6.6.1. Para cumprimento do subitem anterior, faz-se necessário também a demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste edital e/ou seus anexos, quando houver.

9.6.7. Para o consórcio haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira

9.6.7.1. O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e empresas de pequeno porte.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões da comissão, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, a Comissão poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço cel02@pge.ce.gov.br, até as 23h59min do prazo citado no subitem 10.2, com a informação do nº da Concorrência, o órgão ou entidade promotor da licitação e a Comissão responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, excetuando-se em casos excepcionais, devidamente motivado pela Comissão nos autos do processo licitatório.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 990.200,38** (novecentos e noventa mil, duzentos reais e trinta e oito centavos), conforme os custos unitários apostos no Anexo I – Especificações Técnicas.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação da Comissão, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Comissão mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso;

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.1.3. Em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem 13.9.

13.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. A comissão poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de *percentual de desconto superior* ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%, utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu *percentual de desconto máximo* quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o *percentual de desconto máximo*, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O *percentual de desconto final máximo* parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado *percentual de desconto inferior* a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O *percentual de desconto final máximo* parametrizado na forma do subitem 14.11, possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para a comissão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com *descontos até 10% (dez por cento) inferiores* àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá a Comissão, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem *decrescente*, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.



14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances *com o mesmo percentual de desconto*, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do *maior desconto* registrado, vedada a identificação do licitante.

14.17. No caso de desconexão com a Comissão, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o *percentual de desconto* de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até *10% (dez por cento) abaixo do percentual* da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, via sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio via sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. *Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Comissão deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.*

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer *inferior ao desconto* definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Especificações Técnicas.

14.27. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável uma vez por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



15.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.6. As decisões da Comissão se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.10. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão verificará se faz jus ao referido benefício.

15.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.12.1. Conter vícios insanáveis;

15.12.2. Não obedecer às Especificações Técnicas contidas no Anexo I;

15.12.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem *com percentual de desconto inferior* ao definido para a contratação.

15.12.3.1. Caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de item com preço unitário superior ao estimado pela Administração, o licitante deverá apresentar relatório técnico circunstanciado justificando o preço unitário ofertado.

15.12.3.2. Caso a justificativa apresentada pelo licitante não seja acatada pela Administração, o licitante deverá adequar sua proposta, com o valor unitário do orçamento elaborado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

15.12.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.12.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.13. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.14. A inexecutabilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.15. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

15.15.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

15.15.2. Serão consideradas presumivelmente inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, observado o disposto no item 15.14 acima.

15.15.2.1. Os licitantes que tiverem seu preço abaixo do patamar previsto no item 15.15.2 deverão comprovar a exequibilidade da proposta através de documentos idôneos, tais como: cópia de contrato celebrados, notas fiscais, comprovantes fiscais, além de outros idôneos.

15.15.2.1.1. Caso o licitante deseje comprovar a exequibilidade da proposta por meio da apresentação de cópias de contratos semelhantes, executados ou em execução, deverá observar o seguinte:

- 1) O objeto do contrato paradigma deverá ser de igual natureza ou similar ao da licitação;
- 2) O valor do contrato paradigma deverá também ser equivalente ao da licitação, assim entendido aquele que não seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço estimado licitado;
- 3) O contrato apresentado deverá vir acompanhado de documentos que comprovem o preço de referência, como o edital que serviu de base para a contratação ou declaração do órgão indicando o percentual de desconto praticado pelo licitante;
- 4) Se a licitação da qual decorreu o contrato paradigma foi do tipo maior desconto, deverá ser informado o desconto praticado;
- 5) No caso de o paradigma ser contrato de direito privado, a exequibilidade da proposta será avaliada considerando os itens da composição de custos formadores da curva A, do **ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** desta Licitação, os quais deverão ser equivalentes ao da proposta vencedora, assim entendidos os que estiveram até 10% (dez por cento) abaixo do preço ofertado na licitação;
- 6) Deverá o licitante apresentar declaração do contratante (paradigma) atestando a regular execução do contrato paradigma.

15.15.2.1.2. Caso a comprovação da exequibilidade se dê através de notas fiscais de insumos, o licitante apresentará documentos fiscais referentes aos itens formadores da curva A, do Anexo G, devendo os preços ser equivalentes, assim considerados aqueles dentro do limite de tolerância de 10% (dez por cento) abaixo do preço ofertado na licitação.

15.15.2.1.3. Alegando o licitante, para comprovação da exequibilidade, já possuir produto em estoque, estes deverão ter quantidades compatíveis com o consumo dos serviços em análise, o respectivo item deverá corresponder aos constantes da curva A, do **(ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)**. Se a comprovação for parcial, ou seja, abranger somente alguns dos itens da referida curva, o licitante, em relação aos demais, precisará comprovar, por pesquisa de mercado, indicando-se a fonte, ou por contrato já executado, a exequibilidade dos mesmos itens, observado o limite de tolerância de 10% (dez por cento) abaixo do preço ofertado na licitação.

15.15.2.2. Enquadrando-se a proposta no patamar de até 10% (dez por cento) da média dos preços ofertados na disputa da licitação, a aceitabilidade da proposta dar-se-á apenas mediante a apresentação pelo licitante de declaração atestando a exequibilidade do valor proposto.

15.15.2.3. Recebida a proposta e detectado que o preço ofertado está abaixo do percentual previsto no item 15.15.2, a comissão de contratação diligenciará o licitante para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comprove a exequibilidade conforme previsto em edital. A diligência transcreverá disposto nos itens 15.15.2.1 e 15.15.2.2 e após os documentos recebidos, estes serão encaminhados ao órgão demandante para análise e emissão de parecer.

15.15.2.4. Ausente qualquer documento após retorno do licitante, será permitida uma nova diligência, com o mesmo prazo dado anteriormente, e caso não satisfatório o cumprimento será desclassificado. O exame da comissão de contratação não se dará sobre o conteúdo dos documentos, atendo-se apenas ao atendimento da diligência.

15.15.2.5. Entregue a documentação e não detectando a comissão de contratação aparente inconsistência formal, o processo será enviado ao órgão contratante para avaliação da exequibilidade. Verificando o órgão a necessidade de nova diligência, assim procederá, definindo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta, após o que, não satisfatória a diligência, será desclassificado o licitante.

15.15.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.15.3.1. A garantia adicional será apresentada no mesmo prazo e condições da garantia contratual, nos termos do subitem 20.8.1 e 20.8.2 deste edital e ainda, de acordo com a cláusula décima segunda da minuta de contrato.

15.16. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela

Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

15.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

15.17.1. O ajuste de que trata o item anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

15.18. No caso de divergências entre as colunas discriminações dos serviços, unidades e quantidades constantes nas propostas dos proponentes e aqueles constantes no Anexo deste Edital, prevalecerão as discriminações do referido Anexo, sujeitando-se o licitante a executar os serviços de acordo com as especificações e detalhamento constantes neste instrumento convocatório.

15.19. O licitante deverá apresentar o mesmo preço unitário para serviços iguais. Caso o licitante apresente preços unitários diferentes para serviços iguais, será considerado o menor dos preços unitários apresentados, não se constituindo, de forma alguma, motivo para desclassificação.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.2. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.3. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.5. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, a Comissão reputará o licitante inabilitado.

16.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.7. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão.

16.8. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

16.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, nos termos do Anexo IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

16.10. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendada, com a Gerência do Núcleo Técnico e de Sinalização de Trânsito do DETRAN/CE no telefone (85) 3101-7733, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

16.11. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Anexo V – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria.

16.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

16.13. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 h às 11:00 h e das 14:00 h às 16:00 h.

Habilitação jurídica

Habilitação jurídica

16.14. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

16.14.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.14.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.14.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.14.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.14.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.14.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.14.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

Qualificação técnica

16.15. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 será restrita a:

Técnico-profissional

16.15.1. Comprovação de o licitante possuir como responsável técnico na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado no CREA ou CAU, conforme o caso, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico com registro de atestado, que comprove a execução de obras ou serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação.

16.15.1.1. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

16.15.1.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do CREA ou CAU, conforme o caso.

16.15.1.3. Não serão admitidos certidões ou atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de

orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

16.15.1.4. Para fins da comprovação de que trata o subitem 16.15.1, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE
01	PISO INDUSTRIAL NATURAL – ESP. 12mm (incluso polimento interno)	m ²

Técnico-operacional

16.15.2. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao CREA ou CAU, conforme o caso, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

16.15.3. Comprovação da capacidade operacional para execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

16.15.3.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem 16.15.3, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA
1	PISO INDUSTRIAL NATURAL – ESP. 12mm (incluso polimento interno)	m ²	151

Obs. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor total estimado da contratação.

16.15.3.2. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

16.15.4. As empresas consorciadas deverão observar o disposto no subitem 9.6.6, deste edital.

16.15.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

16.16. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

16.16.1. A inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ);

16.16.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.16.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.16.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

16.16.5. A regularidade perante a justiça do trabalho;

16.16.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

16.17. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.18. Os documentos enumerados no subitem 16.16 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por

meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 16.16.3, 16.16.4 e 16.16.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

16.19. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

16.20. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

16.20.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

16.20.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado a Comissão convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

16.21. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

16.22. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação:

16.22.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

16.22.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

16.22.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

16.22.2.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

16.22.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

16.22.2.3. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

16.22.3. Índice de Liquidez Geral (LG) superior a 1 (um), comprovado mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$.

16.22.4. Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item.

16.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

16.22. As empresas consorciadas deverão observar o disposto no subitem 9.6.6 deste edital.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. A Comissão comunicará, no sistema utilizado para realização do certame, a retomada da sessão pública com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para julgar a proposta e habilitar ou inabilitar o licitante provisoriamente vencedor, quando será concedido aos licitantes um prazo de 10 (dez) minutos para a intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre à Comissão e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitada pela Comissão durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

19.3. O valor a ser homologado será aquele estimado para a contratação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, na forma estabelecida no item 20.8.1 deste edital.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pela Comissão, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, sanções, reajuste, entrega e recebimento, garantia e as especificações detalhadas da execução do contrato estão definidas, conforme o caso nos Anexos I e III – Especificações Técnicas e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.7. Da Subcontratação.

20.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 % (trinta por cento) do valor total do contrato.

20.7.2. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

20.7.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

20.7.4. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

20.7.5. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

20.7.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

20.8. Da Garantia.

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos na cláusula décima segunda da minuta do contrato. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.8.2. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (*cinco por cento*) do valor contratado, no prazo de 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do mesmo artigo suprarreferido.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1 As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

21.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21.4. A contratante, garantida a ampla defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133/21, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pela Comissão mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

22.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultada à Comissão ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pela Comissão ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Especificações Técnicas

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria

ANEXO V – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

Fortaleza/CE, 22 de abril de 2026.

Guthemberg Holanda Bezerra de Souza
Diretor Administrativo-Financeiro/Ordenador de Despesas

Marcos Antônio Sampaio de Macedo
Diretor Jurídico/DETRAN-CE



ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Processo NUP: **08012072021202485**

UNIDADE REQUISITANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

- ANEXO A- PLANILHA DE PREÇOS BÁSICOS
- ANEXO B- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- ANEXO C- PROJETOS E COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS
- ANEXO D- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS(MATERIAIS E SERVIÇOS)
- ANEXO E- COMPOSIÇÃO DA PARCELA DO BDI
- ANEXO F- ENCARGOS SOCIAIS ANEXO
- G- ORÇAMENTO CURVA ABC DE SERVIÇOS



ANEXO A - PLANILHA DE PREÇOS BÁSICOS

<div><div></div><div><p>Avenida Godofredo Maciel, 2000 - Mangangá CEP 60710-903 - Fortaleza/CE Fone: (85) 3191-2000 Horário de Funcionamento: 8:00h às 12h (Seg-Sex)</p></div></div>		PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
OBRA:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	DATA :		BDI : 24,36%	
DESCRIÇÃO:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	FORTE	VERSÃO	HORA	MES
		ORSE	2025/06	111,36%	69,82%
		SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%
		SINAPI	2025/07 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FORTE	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA						R\$ 28.196,00
1.1	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA		%	100,00	R\$ 281,96	R\$ 28.196,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 3.859,50
2.1	C4541	PLACA PADRÃO DE OBRA, TIPO BANNER	SEINFRA	M2	10,00	R\$ 385,95	R\$ 3.859,50
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS						R\$ 36.051,19
3.1	C1043	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO	SEINFRA	M3	33,16	R\$ 62,63	R\$ 2.076,81
3.2	C1069	DEMOLIÇÃO DE PISO INDUSTRIAL	SEINFRA	M2	506,22	R\$ 55,57	R\$ 28.130,65
3.3	C1049	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	SEINFRA	M3	4,50	R\$ 271,39	R\$ 1.221,26
3.4	C1064	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO	SEINFRA	M2	28,25	R\$ 14,61	R\$ 412,73
3.5	C0702	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	M3	62,86	R\$ 28,37	R\$ 1.783,34
3.6	C2530	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	SEINFRA	M3	62,86	R\$ 38,60	R\$ 2.426,40
4	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS						R\$ 126.139,34
4.1	ESTRUTURA DE CONCRETO						R\$ 102.050,52
4.1.1	C1256	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	SEINFRA	M3	16,99	R\$ 54,09	R\$ 918,99
4.1.2	C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	M2	25,37	R\$ 31,38	R\$ 796,11
4.1.3	C0836	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	SEINFRA	M3	1,27	R\$ 502,89	R\$ 638,67
4.1.4	C0843	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M3	50,50	R\$ 533,00	R\$ 26.916,50
4.1.5	C1604	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	SEINFRA	M3	50,50	R\$ 159,08	R\$ 8.033,54
4.1.6	C4151	ARMADURA DE AÇO CA 50/60	SEINFRA	KG	3.546,29	R\$ 12,87	R\$ 45.640,75
4.1.7	C1405	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESP.= 12mm UTIL 3 X	SEINFRA	M2	99,00	R\$ 140,12	R\$ 13.871,88
4.1.8	C1779	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES C/ MANTA ASFÁLTICA PRÉ-FABRICADA, C/ VÉU DE POLIÉSTER	SEINFRA	M2	33,66	R\$ 34,39	R\$ 1.157,57
4.1.9	89993	GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL AF_09/2021	SINAPI	M3	3,86	R\$ 1.056,09	R\$ 4.076,51
4.2	ESTRUTURA METÁLICA						R\$ 24.088,82
4.2.1	C5216	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, TRANSPORTE COM GUINDASTE, JATEAMENTO E PINTURA	SEINFRA	KG	1.362,49	R\$ 17,68	R\$ 24.088,82



5	PAREDES E PAINÉIS						R\$ 47.710,01
5.1	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	SEINFRA	M2	82,15	R\$ 62,98	R\$ 5.173,81
5.2	C0068	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCO DE CONCRETO (14x19x39)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=14 cm	SEINFRA	M2	34,56	R\$ 90,90	R\$ 3.141,50
5.3	C0069	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCO DE CONCRETO (19x19x39)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=19 cm	SEINFRA	M2	179,35	R\$ 109,17	R\$ 19.579,64
5.4	C2666	VERGA RETA DE CONCRETO ARMADO	SEINFRA	M3	0,22	R\$ 1.808,40	R\$ 397,85
5.5	C4495	DIVISÓRIA DE GESSO ACARTONADO e=48mm, S/ REVESTIMENTO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	SEINFRA	M2	75,34	R\$ 121,15	R\$ 9.127,44
5.6	C4096	DIVISÓRIA DE GRANITO CINZA E=3cm	SEINFRA	M2	20,43	R\$ 503,66	R\$ 10.289,77
6	MUROS E FECHAMENTOS						R\$ 13.656,90
6.1	C4725	CERCA/GRADIL NYLOFOR H=2,43M, MALHA 5 X 20CM - FIO 5,00MM, COM FIXADORES DE POLIAMIDA EM POSTE 40 x 60 MM CHUMBADOS EM BASE DE CONCRETO (EXCLUSIVE ESTA), REVESTIDOS EM POLIESTER POR PROCESSO DE PINTURA ELETROSTÁTICA (GRADIL E POSTE), NAS CORES VERDE OU BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SEINFRA	M	30,00	R\$ 455,23	R\$ 13.656,90
7	REVESTIMENTOS						R\$ 89.683,83
7.1	PAREDES						R\$ 73.833,39
7.1.1	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	SEINFRA	M2	667,99	R\$ 7,42	R\$ 4.956,49
7.1.2	C1221	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4	SEINFRA	M2	211,15	R\$ 36,48	R\$ 7.702,75
7.1.3	C3037	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	SEINFRA	M2	456,83	R\$ 49,57	R\$ 22.645,06
7.1.4	C4447	PORCELANATO RETIFICADO NATURAL (FOSCO) C/ ARG. PRÉ-FABRICADA - P/ PAREDE	SEINFRA	M2	43,18	R\$ 140,65	R\$ 6.073,27
7.1.5	C1427	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2mm E 6mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	SEINFRA	M2	43,18	R\$ 11,30	R\$ 487,93
7.1.6	C4442	CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 10x10cm (100cm²) - DECORATIVA - P/ PAREDE	SEINFRA	M2	167,98	R\$ 87,14	R\$ 14.637,78
7.1.7	C1126	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2mm E 6mm EM CERÂMICA, ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA (PAREDE/PISO)	SEINFRA	M2	167,98	R\$ 20,66	R\$ 3.470,47
7.1.8	C1207	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA	SEINFRA	M2	334,19	R\$ 16,25	R\$ 5.430,59
7.1.9	C1208	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA	SEINFRA	M2	656,98	R\$ 12,83	R\$ 8.429,05
7.2	FORROS						R\$ 13.830,43
7.2.1	C4480	FORRO ACÚSTICO EM PLACAS DE FIBRA MINERAL C/PERFIL "T" EM ALUMÍNIO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	SEINFRA	M2	35,27	R\$ 101,88	R\$ 3.593,31
7.2.2	C1208	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA	SEINFRA	M2	301,98	R\$ 12,83	R\$ 3.874,40
7.2.3	C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	SEINFRA	M2	301,98	R\$ 21,07	R\$ 6.362,72
7.3	VIDRO DA LAJE						R\$ 2.020,01
7.3.1	C4951	VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=10MM, COLOCADO	SEINFRA	M2	4,39	R\$ 460,14	R\$ 2.020,01
8	PISOS						R\$ 86.394,21
8.1	C2179	REGULARIZAÇÃO DE BASE C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4 - ESP= 3cm	SEINFRA	M2	477,40	R\$ 27,02	R\$ 12.899,35
8.2	C1920	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)	SEINFRA	M2	303,69	R\$ 136,06	R\$ 41.320,06
8.3	C1919	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (EXTERNO)	SEINFRA	M2	140,15	R\$ 109,79	R\$ 15.387,07
8.4	C1943	POLIMENTO EM PISO INDUSTRIAL	SEINFRA	M2	194,39	R\$ 62,40	R\$ 12.129,94
8.5	C4439	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ACIMA DE 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 P/ PISO	SEINFRA	M2	33,56	R\$ 127,49	R\$ 4.278,56
8.6	C1427	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2mm E 6mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	SEINFRA	M2	33,56	R\$ 11,30	R\$ 379,23
9	ESQUADRIAS						R\$ 63.225,34



9.1	C1987	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.80X 2.10)m	SEINFRA	UN	18,00	R\$ 1.002,81	R\$ 18.050,58
9.2	C1988	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.90X 2.10)m	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 1.052,89	R\$ 2.105,78
9.3	C1985	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.60X 2.10)m	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 934,72	R\$ 934,72
9.4	COMP01	PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE CORRER, 2 FOLHAS (2.00 X 2.10) m, E=10 mm, INSTALADA		UN	2,00	R\$ 2.425,85	R\$ 4.851,70
9.5	COMP02	PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE CORRER, 2 FOLHAS (1.80 X 2.00) m, E=10 mm, INSTALADA		UN	1,00	R\$ 2.146,30	R\$ 2.146,30
9.6	C1967	PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA	SEINFRA	M2	6,48	R\$ 640,10	R\$ 4.147,85
9.7	C4519	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO, DE CORRER, SEM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	SEINFRA	M2	13,10	R\$ 344,72	R\$ 4.515,83
9.8	C2672	VIDRO COMUM EM CAIXILHOS C/MASSA ESP.= 6mm, COLOCADO	SEINFRA	M2	13,10	R\$ 254,19	R\$ 3.329,89
9.9	C1869	PEITORIL DE GRANITO L= 15 cm	SEINFRA	M	13,50	R\$ 95,24	R\$ 1.285,74
9.10	C3506	GUARDA CORPO C/ CORRIMÃO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 2"	SEINFRA	M	60,31	R\$ 362,41	R\$ 21.856,95
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						R\$ 165.115,88
10.1	ATERRAMENTO						R\$ 13.021,52
10.1.1	C4765	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 5/8"X 2.40M	SEINFRA	UN	10,00	R\$ 329,79	R\$ 3.297,90
10.1.2	C0521	CABO COBRE NU 50MM2	SEINFRA	M	151,60	R\$ 64,14	R\$ 9.723,62
10.2	CABOS, ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS						R\$ 102.014,28
10.2.1	C2095	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=15 A 25mm (1/2" A 1")	SEINFRA	M	50,00	R\$ 7,12	R\$ 356,00
10.2.2	C1238	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM.= 15 A 25mm (1/2" A 1")	SEINFRA	M	50,00	R\$ 5,52	R\$ 276,00
10.2.3	C0540	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5MM2	SEINFRA	M	4.945,60	R\$ 6,91	R\$ 34.174,10
10.2.4	C0534	CABO ISOLADO PVC 750V 4MM2	SEINFRA	M	569,70	R\$ 8,76	R\$ 4.990,57
10.2.5	C0556	CABO EM PVC 1000V 6MM2	SEINFRA	M	255,80	R\$ 10,38	R\$ 2.655,20
10.2.6	C0550	CABO EM PVC 1000V 16MM2	SEINFRA	M	0,60	R\$ 18,62	R\$ 11,17
10.2.7	C0553	CABO EM PVC 1000V 25MM2	SEINFRA	M	126,70	R\$ 25,14	R\$ 3.185,24
10.2.8	C0555	CABO EM PVC 1000V 50MM2	SEINFRA	M	498,10	R\$ 48,37	R\$ 24.093,10
10.2.9	C1196	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 25mm (3/4")	SEINFRA	M	298,30	R\$ 18,00	R\$ 5.369,40
10.2.10	C1197	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 32mm (1")	SEINFRA	M	104,60	R\$ 27,32	R\$ 2.857,67
10.2.11	C1179	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3/4"	SEINFRA	M	462,80	R\$ 26,91	R\$ 12.453,95
10.2.12	C1181	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1"	SEINFRA	M	5,70	R\$ 34,11	R\$ 194,43
10.2.13	C1178	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1 1/4"	SEINFRA	M	0,60	R\$ 42,93	R\$ 25,76
10.2.14	C0466	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 1"	SEINFRA	UN	421,00	R\$ 7,17	R\$ 3.018,57
10.2.15	C3621	DUTOS FLEXÍVEIS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) - D=4", INCLUSIVE CONEXÕES	SEINFRA	M	125,80	R\$ 66,40	R\$ 8.353,12
10.3	ELETROCALHAS						R\$ 5.532,13
10.3.1	C1158	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (50X50)mm	SEINFRA	M	96,50	R\$ 53,98	R\$ 5.209,07
10.3.2	00039996	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	SINAPI	M	58,00	R\$ 5,26	R\$ 305,08
10.3.3	00004342	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 3/8"	SINAPI	UN	58,00	R\$ 0,31	R\$ 17,98
10.4	CAIXAS, QUADROS, DISPOSITIVOS E OUTROS						R\$ 21.404,11



10.4.1	C0610	CAIXA EM ALVENARIA (40X40X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	UN	9,00	R\$ 505,37	R\$ 4.548,33
10.4.2	C2075	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ.SOBREPOR ATÉ 24 DIVISÕES 450X315X135mm, C/BARRAMENTO	SEINFRA	UN	4,00	R\$ 446,73	R\$ 1.786,92
10.4.3	C1092	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 10A	SEINFRA	UN	58,00	R\$ 24,06	R\$ 1.395,48
10.4.4	C1093	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	SEINFRA	UN	10,00	R\$ 24,06	R\$ 240,60
10.4.5	C1095	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 24,06	R\$ 48,12
10.4.6	C1119	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 99,06	R\$ 198,12
10.4.7	C1121	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 99,06	R\$ 198,12
10.4.8	C1130	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 70A	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 143,81	R\$ 287,62
10.4.9	C1117	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 100A	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 143,81	R\$ 143,81
10.4.10	00039479	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 460 V,	SINAPI	UN	16,00	R\$ 147,36	R\$ 2.357,76
10.4.11	00039445	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE	SINAPI	UN	23,00	R\$ 129,58	R\$ 2.980,34
10.4.12	C0627	CAIXA DE PASSAGEM COM TAMPA PARAFUSADA 150X150X80mm	SEINFRA	UN	38,00	R\$ 50,49	R\$ 1.918,62
10.4.13	95779	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	UN	37,00	R\$ 25,23	R\$ 933,51
10.4.14	95777	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	UN	136,00	R\$ 27,33	R\$ 3.716,88
10.4.15	I6431	CAIXA DE EMBUTIR PVC - 3X3 OCTOGONAL	SEINFRA	UN	154,00	R\$ 4,22	R\$ 649,88
10.5	TOMADAS, INTERRUPTORES E LUMINÁRIAS						R\$ 23.143,84
10.5.1	C1494	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V	SEINFRA	UN	22,00	R\$ 17,52	R\$ 385,44
10.5.2	C1492	INTERRUPTOR UMA TECLA PARALELO 10A 250V	SEINFRA	UN	9,00	R\$ 24,02	R\$ 216,18
10.5.3	C1484	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES UMA PARALELO 10A 250V	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 51,47	R\$ 51,47
10.5.4	C1481	INTERRUPTOR DUAS TECLAS PARALELO 10A 250V	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 44,11	R\$ 220,55
10.5.5	C4792	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V	SEINFRA	UN	77,00	R\$ 28,50	R\$ 2.194,50
10.5.6	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	UN	29,00	R\$ 45,16	R\$ 1.309,64
10.5.7	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	UN	5,00	R\$ 35,08	R\$ 175,40
10.5.8	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	UN	5,00	R\$ 31,18	R\$ 155,90
10.5.9	I13515	Luminária hermética de sobrepor, para lâmpada tubular T8, 2x18w, IP65, 65cm, ref.: LMIP65 2x18 - T8C, da G-light ou similar	ORSE	un	154,00	R\$ 102,54	R\$ 15.791,16
10.5.10	00039386	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	SINAPI	UN	2,00	R\$ 6,00	R\$ 12,00
10.5.11	00039387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	SINAPI	UN	306,00	R\$ 8,60	R\$ 2.631,60
11	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						R\$ 49.548,16
11.1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						R\$ 5.807,32
11.1.1	C2095	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D= 15 A 25mm (1/2" A 1")	SEINFRA	M	76,92	R\$ 7,12	R\$ 547,67
11.1.2	C1238	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM.= 15 A 25mm (1/2" A 1")	SEINFRA	M	76,92	R\$ 5,52	R\$ 424,60
11.1.3	C2625	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 25mm(3/4")	SEINFRA	M	76,92	R\$ 24,03	R\$ 1.848,39
11.1.4	C2626	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 32mm(1")	SEINFRA	M	1,52	R\$ 32,10	R\$ 48,79
11.1.5	C2628	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 50mm (1 1/2")	SEINFRA	M	64,30	R\$ 45,69	R\$ 2.937,87
11.2	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS						R\$ 23.149,47



11.2.1	C2096	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=32 A 50mm (1 1/4" A 2")	SEINFRA	M	70,00	R\$ 11,16	R\$ 781,20
11.2.2	C1239	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM.= 32 A 50mm (1 1/4" A 2")	SEINFRA	M	70,00	R\$ 7,76	R\$ 543,20
11.2.3	C2097	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=65 A 100mm (2 1/2" A 4")	SEINFRA	M	110,00	R\$ 16,16	R\$ 1.777,60
11.2.4	C1240	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM.= 65 A 100mm (2 1/2" A 4")	SEINFRA	M	110,00	R\$ 12,31	R\$ 1.354,10
11.2.5	C0601	CAIXA DE GORDURA/SABÃO EM ALVENARIA	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 334,51	R\$ 334,51
11.2.6	C0609	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1/2 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	UN	10,00	R\$ 465,14	R\$ 4.651,40
11.2.7	C4927	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO CROMADO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	SEINFRA	UN	11,00	R\$ 63,00	R\$ 693,00
11.2.8	00011880	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA CEGA	SINAPI	UN	1,00	R\$ 111,50	R\$ 111,50
11.2.9	C2093	RALO SECO PVC RÍGIDO	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 56,00	R\$ 280,00
11.2.10	C2595	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	SEINFRA	M	17,20	R\$ 17,97	R\$ 309,08
11.2.11	C2596	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=50mm (2")	SEINFRA	M	53,43	R\$ 24,78	R\$ 1.324,00
11.2.12	C2598	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=75mm (3")	SEINFRA	M	24,48	R\$ 38,23	R\$ 935,87
11.2.13	C2593	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4")	SEINFRA	M	85,91	R\$ 42,14	R\$ 3.620,25
11.2.14	C1541	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=1 1/4" (40mm)	SEINFRA	UN	22,00	R\$ 28,71	R\$ 631,62
11.2.15	C1540	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=1 1/2" (50mm)	SEINFRA	UN	19,00	R\$ 29,87	R\$ 567,53
11.2.16	C1544	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=2 1/2" (75mm)	SEINFRA	UN	10,00	R\$ 74,38	R\$ 743,80
11.2.17	C1548	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=4" (110mm)	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 161,50	R\$ 807,50
11.2.18	C4388	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=40mm (1 1/4")	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 19,65	R\$ 19,65
11.2.19	C4669	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=50mm (2")	SEINFRA	UN	12,00	R\$ 21,56	R\$ 258,72
11.2.20	C4389	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=75mm (3")	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 27,68	R\$ 27,68
11.2.21	C4390	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=100mm (4")	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 33,22	R\$ 166,10
11.2.22	C1582	JUNÇÃO SIMPLES DE REDUÇÃO PVC P/ESGOTO 100X50mm(4"X2")	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 48,64	R\$ 48,64
11.2.23	C1584	JUNÇÃO SIMPLES C/INSPEÇÃO PVC P/ESGOTO D=100mm (4")	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 48,40	R\$ 96,80
11.2.24	C1579	JUNÇÃO SIMPLES DE REDUÇÃO PVC P/ESGOTO 75X50mm (3"X2")	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 36,95	R\$ 36,95
11.2.25	00020142	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 75 X 75 MM, PARA ESGOTO	SINAPI	UN	4,00	R\$ 39,61	R\$ 158,44
11.2.26	00020141	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 50 X 50 MM, PARA ESGOTO	SINAPI	UN	2,00	R\$ 22,51	R\$ 45,02
11.2.27	C1718	LUVA PVC BRANCO ROSC. D=1 1/4" (40mm)	SEINFRA	UN	17,00	R\$ 14,57	R\$ 247,69
11.2.28	C1758	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 100mm (4")	SEINFRA	UN	21,00	R\$ 24,80	R\$ 520,80
11.2.29	C1762	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 75mm (3")	SEINFRA	UN	15,00	R\$ 20,11	R\$ 301,65
11.2.30	C1761	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 50mm (2")	SEINFRA	UN	51,00	R\$ 11,76	R\$ 599,76
11.2.31	C2145	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC BRANCO REFORÇADO D=75X50mm (3"X2")	SEINFRA	UN	4,00	R\$ 17,07	R\$ 68,28
11.2.32	I1790	REDUÇÃO EXCENTRICA PVC ESGOTO 100X50MM	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 9,52	R\$ 19,04
11.2.33	C2363	TÊ PVC BRANCO P/ESGOTO D=75mm (3")-JUNTAS SOLD.	SEINFRA	UN	4,00	R\$ 41,38	R\$ 165,52
11.2.34	C2359	TÊ PVC BRANCO P/ESGOTO D=50MM (2")-JUNTAS SOLD.	SEINFRA	UN	12,00	R\$ 23,76	R\$ 285,12
11.2.35	C2350	TÊ PVC BRANCO C/REDUÇÃO P/ESGOTO D=75X50mm (3"X2")	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 35,38	R\$ 176,90
11.2.36	C2348	TÊ PVC BRANCO C/REDUÇÃO P/ESGOTO D=100X75mm (4"X3")	SEINFRA	UN	7,00	R\$ 51,03	R\$ 357,21
11.2.37	C4823	TERMINAL DE VENTILACAO PVC 75 MM	SEINFRA	UN	3,00	R\$ 27,78	R\$ 83,34
11.3	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS						R\$ 20.591,37



11.3.1	C0348	BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA	SEINFRA	UN	7,00	R\$ 661,55	R\$ 4.630,85
11.3.2	C0358	BANCADA DE GRANITO PRETO C/BOLEAMENTO DUPLO (COLOCADO)	SEINFRA	M2	2,40	R\$ 921,96	R\$ 2.212,70
11.3.3	C0797	CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO)	SEINFRA	UN	3,00	R\$ 13,22	R\$ 39,66
11.3.4	C4821	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR S/TORNEIRA C/ACESSÓRIOS	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 364,52	R\$ 1.822,60
11.3.5	C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	SEINFRA	UN	7,00	R\$ 72,80	R\$ 509,60
11.3.6	C4835	ESPELHO CRISTAL, ESPESSURA 4MM, COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, SEM MOLDURA	SEINFRA	M2	3,02	R\$ 524,98	R\$ 1.585,44
11.3.7	C1619	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA S/COLUNA C/TORNEIRA E ACESSÓRIOS	SEINFRA	UN	7,00	R\$ 542,11	R\$ 3.794,77
11.3.8	C4820	TORNEIRA DE PAREDE P/ PIA, ACABAMENTO CROMADO, C/ BICA MÓVEL E AREJADOR, 1/2" OU 3/4"	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 125,25	R\$ 125,25
11.3.9	C2505	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA USO GERAL	SEINFRA	UN	4,00	R\$ 69,68	R\$ 278,72
11.3.10	C1792	MICTÓRIO DE LOUÇA BRANCA	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 636,24	R\$ 1.272,48
11.3.11	C1898	PEÇAS DE APOIO DEFICIENTES C/TUBO INOX PWC'S	SEINFRA	M	4,10	R\$ 195,90	R\$ 803,19
11.3.12	C4670	PORTA PAPEL METÁLICO	SEINFRA	UN	7,00	R\$ 34,26	R\$ 239,82
11.3.13	C1990	PORTA SABÃO LÍQUIDO DE VIDRO (INSTALADO)	SEINFRA	UN	7,00	R\$ 53,36	R\$ 373,52
11.3.14	C1996	PORTA TOALHA DE PAPEL - METÁLICO (INSTALADO)	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 55,97	R\$ 279,85
11.3.15	C3695	REGISTRO GLOBO EM BRONZE ROSC. DE 3/4"	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 79,81	R\$ 79,81
11.3.16	C2166	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA CROMADA D= 20mm (3/4")	SEINFRA	UN	15,00	R\$ 110,31	R\$ 1.654,65
11.3.17	C2172	REGISTRO DE PRESSÃO C/CANOPLA CROMADA D= 20mm (3/4")	SEINFRA	UN	3,00	R\$ 105,53	R\$ 316,59
11.3.18	C2270	SIFÃO CROMADO 1 1/4" X 2" (INSTALADO)	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 208,76	R\$ 417,52
11.3.19	00006149	SIFÃO PLÁSTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATÓRIO, 1 X 1.1/2"	SINAPI	UN	5,00	R\$ 11,75	R\$ 58,75
11.3.20	I2272	VÁLVULA DE METAL 1"	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 19,12	R\$ 95,60
12	INST. DE TELEFONIA, SOM, LÓGICA E SISTEMAS DE CONTROLE						R\$ 44.773,48
12.1	ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS						R\$ 6.941,60
12.1.1	C1196	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 25mm (3/4")	SEINFRA	M	27,70	R\$ 18,00	R\$ 498,60
12.1.2	C1197	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 32mm (1")	SEINFRA	M	27,40	R\$ 27,32	R\$ 748,57
12.1.3	C1199	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 50mm (1 1/2")	SEINFRA	M	16,70	R\$ 37,44	R\$ 625,25
12.1.4	C1194	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 60mm (2")	SEINFRA	M	7,60	R\$ 49,06	R\$ 372,86
12.1.5	C1200	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 75mm (2 1/2")	SEINFRA	M	3,00	R\$ 66,33	R\$ 198,99
12.1.6	C0466	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 1"	SEINFRA	UN	94,00	R\$ 7,17	R\$ 673,98
12.1.7	C0467	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 2"	SEINFRA	UN	21,00	R\$ 8,32	R\$ 174,72
12.1.8	C0468	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 3"	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 9,82	R\$ 19,64
12.1.9	C3619	DUTOS FLEXÍVEIS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) - D=2", INCLUSIVE CONEXÕES	SEINFRA	M	58,50	R\$ 37,70	R\$ 2.205,45
12.1.10	C1179	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3/4"	SEINFRA	M	52,90	R\$ 26,91	R\$ 1.423,54
12.2	RACK, CABEAMENTO E OUTROS						R\$ 37.831,88



12.2.1	C4533	CABO LÓGICO 4 PARES, CATEGORIA 6 - UTP	SEINFRA	M	759,50	R\$ 13,86	R\$ 10.526,67
12.2.2	C3750	CABO DE FIBRA ÓPTICA, 01 PAR	SEINFRA	M	978,70	R\$ 6,94	R\$ 6.792,18
12.2.3	C5191	TOMADA PARA LÓGICA, COM 2 CONECTORES RJ45, 8 FIOS, CAT-6, COMPLETA PARA CAIXA 4"x2" (NÃO INCLUSA)	SEINFRA	UN	16,00	R\$ 89,27	R\$ 1.428,32
12.2.4	C1890	PETROLET ALUMÍNIO DE 3/4", TIPO T - X - L	SEINFRA	UN	16,00	R\$ 25,51	R\$ 408,16
12.2.5	C1709	LUVA P/ELETRODUTO PVC ROSC. D= 25mm (3/4")	SEINFRA	UN	6,00	R\$ 2,48	R\$ 14,88
12.2.6	C1710	LUVA P/ELETRODUTO PVC ROSC. D= 32mm (1")	SEINFRA	UN	6,00	R\$ 3,81	R\$ 22,86
12.2.7	C1712	LUVA P/ELETRODUTO PVC ROSC. D= 50mm (1 1/2")	SEINFRA	UN	5,00	R\$ 7,42	R\$ 37,10
12.2.8	C1705	LUVA AÇO GALV. D=15mm (1/2") À 25mm (1")	SEINFRA	UN	8,00	R\$ 47,73	R\$ 381,84
12.2.9	C4532	PATCH CORD, CATEGORIA 6, EXTENSAO DE 2,50 M	SEINFRA	UN	32,00	R\$ 40,82	R\$ 1.306,24
12.2.10	C4563	ROTEADOR AUTO-GERENCIÁVEL P/ COMUNICAÇÃO DE DADOS, PARA FIBRA ÓPTICA MONO-MODO, COM CONECTORES ST - PADRÃO RACK 19"	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 5.451,74	R\$ 10.903,48
12.2.11	C4565	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO - D.I.O. PARA 24 FIBRAS MONO-MODO, COM CONECTORES ST, PADRÃO 19"	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 807,13	R\$ 807,13
12.2.12	C4568	ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL, ABERTO, PADRÃO RACK 19"	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 39,68	R\$ 39,68
12.2.13	C5188	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" E 1U DE ALTURA	SEINFRA	UN	2,00	R\$ 1.056,87	R\$ 2.113,74
12.2.14	C4567	BANDEJA MÓVEL, PADRÃO 19"	SEINFRA	UN	1,00	R\$ 68,81	R\$ 68,81
12.2.15	C0610	CAIXA EM ALVENARIA (40X40X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	UN	4,00	R\$ 505,37	R\$ 2.021,48
12.2.16	C0627	CAIXA DE PASSAGEM COM TAMPA PARAFUSADA 150X150X80mm	SEINFRA	UN	19,00	R\$ 50,49	R\$ 959,31
13	INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO						R\$ 6.515,81
13.1	CENTRAL DE GÁS						R\$ 2.725,20
13.1.1	C1256	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	SEINFRA	M3	0,57	R\$ 54,09	R\$ 30,83
13.1.2	C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	M2	1,14	R\$ 31,38	R\$ 35,77
13.1.3	C3347	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:4) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	SEINFRA	M3	0,15	R\$ 543,87	R\$ 81,58
13.1.4	C0089	ANEL DE IMPERMEABILIZAÇÃO C/ARMAÇÃO EM FERRO	SEINFRA	M3	0,30	R\$ 808,69	R\$ 242,61
13.1.5	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	SEINFRA	M2	6,84	R\$ 62,98	R\$ 430,78
13.1.6	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	SEINFRA	M2	13,68	R\$ 7,42	R\$ 101,51
13.1.7	C3037	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	SEINFRA	M2	13,68	R\$ 49,57	R\$ 678,12
13.1.8	C1999	PORTÃO DE FERRO EM BARRA CHATA TIPO TIJOLINHO	SEINFRA	M2	2,70	R\$ 211,68	R\$ 571,54
13.1.9	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	SEINFRA	M2	13,68	R\$ 22,85	R\$ 312,59
13.1.10	C1279	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO	SEINFRA	M2	5,40	R\$ 44,42	R\$ 239,87
13.2	TUBULAÇÕES						R\$ 715,69
13.2.1	C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	SEINFRA	M3	0,58	R\$ 48,92	R\$ 28,37
13.2.2	C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	M2	1,15	R\$ 31,38	R\$ 36,09
13.2.3	C2921	REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	SEINFRA	M3	0,58	R\$ 31,38	R\$ 18,20
13.2.4	COMP03	TUBO COBRE D= 22mm (3/4") CLASSE A, INCLUSIVE CONEXÕES		M	3,84	R\$ 136,50	R\$ 524,16
13.2.5	C5201	TELA DE ADVERTÊNCIA SUBTERRÂNEA COM FITA LARGURA 40CM AMARELA - APLICADA	SEINFRA	M	3,84	R\$ 8,90	R\$ 34,18
13.2.6	C1250	ENVELOPE DE CONCRETO P/PROTEÇÃO DE TUBO PVC ENTERRADO	SEINFRA	M	3,84	R\$ 19,45	R\$ 74,69
13.3	EXTINTORES E SINALIZAÇÃO						R\$ 3.074,92



13.3.1	COMP04	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO PRESSURIZADO 6KG		UN	8,00	R\$ 213,85	R\$ 1.710,80
13.3.2	C4649	SINALIZAÇÃO PARA EXTINTOR	SEINFRA	UN	8,00	R\$ 51,89	R\$ 415,12
13.3.3	C4627	PLACA EM ALUMÍNIO 20x20cm C/ VINIL APLICADO EM 1 FACE E FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	SEINFRA	UN	8,00	R\$ 17,17	R\$ 137,36
13.3.4	C4850	PLACA EM ACRÍLICO ADESIVADA PARA SINALIZAÇÃO COM INDICAÇÃO DE ROTA DE FUGA 26X13CM	SEINFRA	M	26,00	R\$ 12,94	R\$ 336,44
13.3.5	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	SINAPI	UN	27,00	R\$ 17,60	R\$ 475,20
14	PINTURA						R\$ 26.687,86
14.1	C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	SEINFRA	M2	726,55	R\$ 21,07	R\$ 15.308,41
14.2	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	SEINFRA	M2	334,19	R\$ 22,85	R\$ 7.636,24
14.3	C1206	EMASSAMENTO DE ESQUADRIAS DE MADEIRA P/TINTA ÓLEO OU ESMALTE 2 DEMÃOS	SEINFRA	M2	88,20	R\$ 17,80	R\$ 1.569,96
14.4	C1280	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	SEINFRA	M2	88,20	R\$ 24,64	R\$ 2.173,25
15	OUTROS SERVIÇOS						R\$ 8.679,53
15.1	C1628	LIMPEZA GERAL	SEINFRA	M2	671,79	R\$ 12,92	R\$ 8.679,53
						VALOR BDI TOTAL:	R\$ 193.963,34
						VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 796.237,04
						VALOR TOTAL:	R\$ 990.200,38



ANEXO B- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO				
<p>CEARÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA</p> <p>Av. Godofredo Maciel, 2900 - Maraponga CEP 60710-903 - Fortaleza/CE Fone: (85) 3195.2300 Horário de funcionamento SEDE: 08h às 15h (Seg-Sex)</p>	OBRA:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025		DATA : BDI : 24,36%
	DESCRIÇÃO:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025		
		FORTE	VERSÃO	HORA MES
		ORSE	2025/06	111,36% 69,82%
		SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44% 47,48%
		SINAPI	2025/07 COM DESONERAÇÃO	92,17% 53,50%

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	Total parcela
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R\$ 28.196,00	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,65%	100,00%
			R\$ 4.700,27	R\$ 4.700,27	R\$ 4.700,27	R\$ 4.700,27	R\$ 4.700,27	R\$ 4.694,65	R\$ 28.196,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 3.859,50	100,00%						100,00%
			R\$ 3.859,50						R\$ 3.859,50
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	R\$ 36.051,19	80,00%	20,00%					100,00%
			R\$ 28.840,95	R\$ 7.210,24					R\$ 36.051,19
4	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	R\$ 126.139,34	10,00%	40,00%	50,00%				100,00%
			R\$ 12.613,93	R\$ 50.455,74	R\$ 63.069,67				R\$ 126.139,34
5	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 47.710,01		20,00%	50,00%	30,00%			100,00%
				R\$ 9.542,00	R\$ 23.855,01	R\$ 14.313,00			R\$ 47.710,01
6	MUROS E FECHAMENTOS	R\$ 13.656,90	50,00%	50,00%					100,00%
			R\$ 6.828,45	R\$ 6.828,45					R\$ 13.656,90
7	REVESTIMENTOS	R\$ 89.683,83			40,00%	40,00%	20,00%		100,00%
					R\$ 35.873,53	R\$ 35.873,53	R\$ 17.936,77		R\$ 89.683,83
8	PISOS	R\$ 86.394,21		20,00%	40,00%	40,00%			100,00%
				R\$ 17.278,84	R\$ 34.557,68	R\$ 34.557,69			R\$ 86.394,21
9	ESQUADRIAS	R\$ 63.225,34			20,00%	40,00%	40,00%		100,00%
					R\$ 12.645,07	R\$ 25.290,14	R\$ 25.290,13		R\$ 63.225,34
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 165.115,88		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%		100,00%
				R\$ 33.023,18	R\$ 49.534,76	R\$ 49.534,76	R\$ 33.023,18		R\$ 165.115,88
11	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 49.548,16		20,00%	40,00%	40,00%			100,00%
				R\$ 9.909,63	R\$ 19.819,26	R\$ 19.819,27			R\$ 49.548,16
12	INST. DE TELEFONIA, SOM, LÓGICA E SISTEMAS DE CONTROLE	R\$ 44.773,48		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%		100,00%
				R\$ 8.954,70	R\$ 13.432,04	R\$ 13.432,04	R\$ 8.954,70		R\$ 44.773,48
13	INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	R\$ 6.515,81		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%		100,00%
				R\$ 1.303,16	R\$ 1.954,74	R\$ 1.954,74	R\$ 1.303,17		R\$ 6.515,81
14	PINTURA	R\$ 26.687,86					50,00%	50,00%	100,00%
							R\$ 13.343,93	R\$ 13.343,93	R\$ 26.687,86
15	OUTROS SERVIÇOS	R\$ 8.679,53						100,00%	100,00%
								R\$ 8.679,53	R\$ 8.679,53
16	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	R\$ 193.963,34	7,14%	18,74%	32,59%	25,05%	13,13%	3,35%	100,00%
			R\$ 13.850,31	R\$ 36.351,48	R\$ 63.207,65	R\$ 48.589,32	R\$ 25.467,17	R\$ 6.497,41	R\$ 193.963,34
R\$ 990.200,38			R\$ 70.693,41	R\$ 185.557,69	R\$ 322.649,68	R\$ 248.064,76	R\$ 130.019,32	R\$ 33.215,52	R\$ 990.200,38
			R\$ 70.693,41	R\$ 256.251,10	R\$ 578.900,78	R\$ 826.965,54	R\$ 956.984,86	R\$ 990.200,38	

ANEXO C- PROJETOS E COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

PROJETOS

[https://drive.google.com/drive/folders/1kdfk6owg-wcDjyFIDgW0TfeZmCSKXbIC?](https://drive.google.com/drive/folders/1kdfk6owg-wcDjyFIDgW0TfeZmCSKXbIC?usp=sharing)
usp=sharing.

COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

<div><div>CEARÁ GOVERNO DO ESTADO <small>Secretaria da Infraestrutura</small></div><div><small>Av. Godofredo Maciel, 2900 - Maraponga CEP 60710-903 - Fortaleza/CE Fone: (85) 3195.2300 Horário de funcionamento SEDE: 08h às 15h (Seg-Sex)</small></div></div>	RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS							
	OBRA:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025			DATA :		BDI : 24,36%	
	DESCRIÇÃO:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	FORTE		VERSÃO		HORA	MES
			ORSE	2025/06	111,36%	69,82%		
SEINFRA			028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%			
		SINAPI	2025/07 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%			

- ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (%)

Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
18590	ENCARREGADO GERAL/MESTRE DE OBRAS	SEINFRA	MÊS	0,20000000	R\$ 6.171,03	R\$ 1.234,21
18584	ENGENHEIRO JUNIOR	SEINFRA	MÊS	0,20000000	R\$ 17.326,01	R\$ 3.465,20
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 4.699,41
VALOR:						281,96

COMP01 PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE CORRER, 2 FOLHAS (2.00 X 2.10) m, E=10 mm, INSTALADA (UN)

Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10856	CONTRAPLACA DE FECHADURA CENTRAL (1504)	SEINFRA	UN	1,00000000	R\$ 22,90	R\$ 22,90
11152	FECHADURA CENTRAL COM 2 CILINDROS (1521)	SEINFRA	UN	1,00000000	R\$ 137,62	R\$ 137,62
18639	PUXADOR HORIZONTAL/VERTICAL PARA PORTA	SEINFRA	M	0,40000000	R\$ 220,51	R\$ 88,20
00011575	ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, EM ZAMAC COM CHAPA DE LATÃO, ROLAMENTOS EM AÇO, PARA PORTAS E JANELAS DE CORRER	SINAPI	UN	2,00000000	R\$ 58,82	R\$ 117,64
00011580	TRILHO QUADRADO FRISADO PARA RODIZIO (VERGALHAO MACICO), EM ALUMINIO, COM DIMENSOES DE *6 X 6* MM	SINAPI	M	4,00000000	R\$ 8,65	R\$ 34,60
12160	TRINCO INFERIOR (1502)	SEINFRA	UN	2,00000000	R\$ 46,15	R\$ 92,30
TOTAL Material:						R\$ 493,26
Serviço		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
C4951	VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=10MM, COLOCADO	SEINFRA	M2	4,20000000	R\$ 460,14	R\$ 1.932,59
TOTAL Serviço:						R\$ 1.932,59
VALOR:						2.425,85

COMP02 PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE CORRER, 2 FOLHAS (1.80 X 2.00) m, E=10 mm, INSTALADA (UN)



Material		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
I0856	CONTRAPLACA DE FECHADURA CENTRAL (1504)	SEINFRA	UN	1,00000000	R\$ 22,90	R\$ 22,90
I1152	FECHADURA CENTRAL COM 2 CILINDROS (1521)	SEINFRA	UN	1,00000000	R\$ 137,62	R\$ 137,62
I8639	PUXADOR HORIZONTAL/VERTICAL PARA PORTA	SEINFRA	M	0,40000000	R\$ 220,51	R\$ 88,20
00011575	ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, EM ZAMAC COM CHAPA DE LATÃO, ROLAMENTOS EM AÇO, PARA PORTAS E JANELAS DE CORRER	SINAPI	UN	2,00000000	R\$ 58,82	R\$ 117,64
00011580	TRILHO QUADRADO FRISADO PARA RODIZIO (VERGALHAO MACICO), EM ALUMINIO, COM DIMENSOES DE *6 X 6* MM	SINAPI	M	3,60000000	R\$ 8,65	R\$ 31,14
I2160	TRINCO INFERIOR (1502)	SEINFRA	UN	2,00000000	R\$ 46,15	R\$ 92,30

TOTAL Material: R\$ 489,80

Serviço		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
C4951	VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=10MM, COLOCADO	SEINFRA	M2	3,60000000	R\$ 460,14	R\$ 1.656,50

TOTAL Serviço: R\$ 1.656,50

VALOR: 2.146,30

COMP03 TUBO COBRE D= 22mm (3/4") CLASSE A, INCLUSIVE CONEXÕES (M)

Material		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
I1596	PASTA PARA SOLDAR 450G	SEINFRA	UN	0,00050000	R\$ 49,90	R\$ 0,02
I1872	SOLDA 50X50	SEINFRA	KG	0,00400000	R\$ 147,13	R\$ 0,59
I9080	TUBO COBRE DE 22,22MM CLASSE A	SEINFRA	M	1,70000000	R\$ 70,92	R\$ 120,56

TOTAL Material: R\$ 121,17

Mão de Obra		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	SEINFRA	H	0,36000000	R\$ 19,10	R\$ 6,88
I2320	ENCANADOR	SEINFRA	H	0,36000000	R\$ 23,48	R\$ 8,45

TOTAL Mão de Obra: R\$ 15,33

VALOR: 136,50

COMP04 EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO PRESSURIZADO 6KG (UN)

Material		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
I6218	EXTINTOR DE PO QUIMICO PRESSURIZADO DE 6KG	SEINFRA	UN	1,00000000	R\$ 195,02	R\$ 195,02
I1566	PARAFUSO - 8MM COM BUCHA PLASTICA	SEINFRA	UN	2,00000000	R\$ 0,90	R\$ 1,80

TOTAL Material: R\$ 196,82

Mão de Obra		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	SEINFRA	H	0,40000000	R\$ 19,10	R\$ 7,64
I2320	ENCANADOR	SEINFRA	H	0,40000000	R\$ 23,48	R\$ 9,39

TOTAL Mão de Obra: R\$ 17,03

VALOR: 213,85

ANEXO D - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (MATERIAIS E SERVIÇOS)

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA OBRA COMUM DE REFORMA DO ESPAÇO BEM-ESTAR (SEDE DETRAN/CE/ MARAPONGA), Av. Godofredo Maciel, 2900 – Maraponga – Fortaleza- CEARÁ

Estas especificações têm por objetivo, estabelecer e determinar condições de serviços e tipos de materiais a serem empregados por ocasião na obra COMUM DE REFORMA DO ESPAÇO BEM-ESTAR (SEDE DETRAN/CE/ MARAPONGA), Av. Godofredo Maciel, 2900 – Maraponga – Fortaleza- CEARÁ

1. ENCARGOS

- Os encargos do construtor são aqueles designados no Caderno de Encargos da SEINFRA, que obrigatoriamente o empreiteiro deverá conhecer.
- A empreiteira se obriga a saber das responsabilidades legais e vigentes e prestar assistência técnico-administrativa e financeira necessária, a fim de imprimir andamento conveniente das obras e serviços.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- Os serviços a serem executados obedecerão rigorosamente aos detalhes dos projetos e recomendações desta especificação, bem como aquelas normas e recomendações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelo Caderno de Encargos do órgão fiscalizador, salvo referência em contrário, e ainda às normas das concessionárias de serviços públicos locais, tais como: ENEL, OI e CAGECE.
- Serão fornecidos todos os projetos e detalhes necessários à execução total dos serviços.
- Todo material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de primeira qualidade e primeiro uso, sendo respeitadas as especificações e recomendações dos fabricantes, neles contidas.
- Obrigatoriamente, toda a mão-de-obra destinada à execução dos serviços, deverá ser comprovadamente, bem qualificada.
- A construtora manterá um livro, “Diário de Ocorrências”, onde serão efetuados os registros diários por parte da fiscalização e do engenheiro residente, representante da construtora de todas as ocorrências e eventos que possam caracterizar o andamento dos trabalhos.
- Qualquer discrepância entre estas especificações, orçamentos, projetos e contratos, será resolvida pela Fiscalização, através da Diretoria Técnica de Edificações. No entanto torna-se enfático dizer que a concepção total na execução da obra, é prevalecida pelas informações contidas nos projetos fornecidos, e em seguida é que veem os demais documentos do processo licitatório.
- Para que todo e qualquer “similar” possa ser utilizado, o construtor deverá consultar a fiscalização por escrito sobre a possibilidade efetuar a substituição, que em caso positivo dará a resposta também por escrito.
- O julgamento da qualidade dos serviços e materiais, é de competência exclusiva da comissão de fiscalização da referida obra.

3. DESPESAS

- As despesas referentes às instalações provisórias da obra, tais como: água, luz, esgoto, telefone, etc., inclusive o seu cancelamento e substituição, ficarão a cargo do construtor.
- Todas as despesas referentes aos serviços mão de obra, materiais, licença, multas, danos, ao patrimônio Público ou de terceiros, enfim taxas de qualquer natureza, Federais, Estaduais e Municipais, ficarão a cargo da construtora, bem como prêmios de seguros quaisquer.

4. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

- A administração do canteiro e a direção-geral da execução da obra, ficarão a cargo do engenheiro residente do construtor que deverá ser auxiliado por um mestre geral.

5. FISCALIZAÇÃO DA OBRA

- A Superintendência de Obras Públicas – SOP manterá nas obras engenheiros e prepostos seus, credenciados junto ao construtor e sempre adiante designados por fiscalização, com autoridade para exercer, em nome da SOP, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção. As relações mútuas entre a SOP e cada contratado serão mantidas por intermédio da fiscalização. A empreiteira é obrigada a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à fiscalização o acesso a todas as partes das obras. Obriga-se, ainda, a facilitar a vistoria de materiais em depósitos ou quaisquer dependências onde se encontrem.
- Qualquer reclamação da fiscalização sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra será feita ao construtor pelo fiscal através de notificação feita no livro de ocorrências da obra, ou por ofício ao Departamento Técnico da SOP. Caso as exigências contidas na notificação não sejam atendidas num prazo de 72 (setenta e duas horas), fica assegurado à fiscalização o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades cabíveis ao construtor e sem que este tenha direito a qualquer indenização.
- O construtor é obrigado a retirar da obra, imediatamente após recebimento de notificação da fiscalização, qualquer empregado, operário ou subordinado seu que, conforme disposto na citada notificação, tenha demonstrado conduta nociva ou incapacidade técnica.
- A fiscalização e a construtora deverão promover e estabelecer o entrosamento dos diferentes serviços quando houver mais de uma firma contratada na mesma obra, de modo a proporcionar andamento harmonioso da obra em seu conjunto. Em casos complicados a fiscalização terá poderes para decidir as questões, de forma definitiva e sem apelação.
- Todas as ordens de serviços e comunicações da fiscalização à empreiteira serão transmitidas por escrito e só assim produzirão seus efeitos. Com este fim o construtor manterá na obra um livro de ocorrências, no qual a fiscalização fará anotação de tudo o que estiver relacionado com a execução dos serviços contratados tais como alterações, dias de chuva, serviços extraordinários, reclamações e notificações de reparos, datas de concretagem e retiradas de forma e/ou escoramentos e demais elementos técnicos ou administrativos de controle da obra.
- Após o recebimento provisório da obra, o livro de ocorrências será encerrado pela fiscalização e ela empreiteira e entregue a SOP.

6. INSTALAÇÃO DA OBRA

- Ficará a cargo do construtor todas as instalações provisórias que deverão constar de pelo menos: escritório para abrigar os setores da administração da obra, vestiário para os operários da obra, bem como equipamentos e ferramentas que permitam a perfeita execução dos serviços no prazo previsto no cronograma físico. O canteiro deverá estar permanentemente limpo e o entulho decorrente da limpeza, removido da obra.
- A placa indicativa, medindo 3,00 m x 4,00 m de área informativa, será confeccionada em lona com aplicação de ilhoses e lacres, montada com tubos aço galvanizado e conexões, com dizeres e desenhos a serem fornecidos pela fiscalização e será colocada no início dos serviços da obra. Deverão ser observadas as exigências do CREA/CE no que diz respeito à colocação das placas, indicando os nomes e atribuições dos respectivos técnicos pela execução da obra e autores dos projetos, bem como, o fornecimento da placa do governo.
- Será vedada a fixação de outras placas alheias à obra: anúncios ou propaganda de qualquer natureza. Se isto ocorrer por ação de terceiros, o construtor obriga-se a retirá-los.
- Caberá ao construtor o cumprimento das normas de regulamentação contidas na NR-18 da legislação em vigor, condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil. No que diz respeito ao emprego de equipamentos de segurança dos operários e sistemas de proteção das máquinas instaladas no canteiro de obras, deverão ser utilizados capacetes, cintos de segurança, luvas máscaras, etc., quando necessários como elementos

de proteção dos operários. As máquinas deverão conter dispositivos de proteção, tais como: chaves apropriadas, disjuntores, fusíveis, etc.

- Ficará sob responsabilidade do construtor, qualquer demolição e reconstrução dos serviços que a fiscalização julgar como imperfeitos.

NOTA:

1. Todos os trabalhos que serão desenvolvidos na obra deverão ser contemplados com as disposições contidas na NR – 18: > Condições de Trabalho e Meio Ambiente da Construção Civil. Além da elaboração de um PCMAT (NR – 18).

7. SERVIÇOS PRELIMINARES

7.1. LIMPEZA DO TERRENO

7.1.1. Toda área delimitada para a construção será previamente limpa e o entulho será removido para áreas apropriadas, onde será colocado com a devida aprovação do Cliente.

7.2. BARRACÃO DE OBRA EM CHAPADA MAD. COMPENSADA C/BANHEIROS INCL. INST. HIDROSANITÁRIAS E ELÉTRICAS

7.2.1. Construção provisória destinada a funcionar como escritório, alojamento e almoxarifado da obra.

7.2.2. O abrigo provisório deverá ser dimensionado considerando-se o número provável de operários residentes na obra, atendendo à fiscalização e os materiais perecíveis como cimento, cal e gesso, que poderão, eventualmente, ficar armazenados. Deverão ser previstas, também, instalações sanitárias, elétricas e telefonia. Os alojamentos deverão ter paredes de madeira, piso cimentado e cobertura. Deverão ser obedecidas as recomendações da norma regulamentadora NR 18

7.2.3. O solo será nivelado e receberá uma camada de concreto desempenado. As paredes serão construídas em chapas compensadas, fixadas nas peças de madeira, cravadas 60 cm no solo a cada 1,80 m. A cobertura deverá ser feita com peças de madeira e telhas de fibrocimento.

7.2.4. Para fins de recebimento, a unidade de medição é a unidade (UN).

7.3. LOCAÇÃO DA OBRA

7.3.1. Alocação da obra será executada com o uso de topografia, devendo ficar registrada em gabaritos de madeira previamente confeccionados, circundando o local previsto para a implantação das edificações.

7.3.2. O gabarito, circundando o local da edificação, excedendo os limites de escavação das fundações em pelo menos 1,00m (um metro), será executado com cantoneira formada por duas tábuas de madeira, virola, de 1" x 15cm, pintadas com tinta látex na cor branco e fixadas, de forma nivelada com altura mínima de 0,80m, em pontaletes de virola 3" x 3", cravados a uma profundidade de 0,80m (oitenta centímetros) ou o suficiente para garantir sua estabilidade, atirantados alternadamente e distanciados entre si de 1,50m.

7.3.3. A identificação dos eixos de locação será feita com 2 pregos de 2 ½" x 10" e letras ou números em vermelho executados com auxílio de plaquetas de alumínio e tinta esmalte.

7.3.4. Ocorrência de erro na locação da obra implicará na obrigação, pelo construtor, da execução, por sua conta e nos prazos estipulados, de modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a critério do proprietário.

7.4. ANDAIMES

7.4.1. Serão construídos de modo a atender às condições de segurança estabelecidas na legislação trabalhista. Serão em madeira de boa qualidade ou metálicos, rígidos, estáveis quanto à sustentação e deverão permitir o acesso seguro dos operários a o local de trabalho, ensejando perfeitas condições de circulação de pessoal e materiais.

8. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

8.1.1. Compreende a demolição de paredes, estruturas, piso e passeios existentes, inclusive remoção das instalações elétricas e hidráulicas.

8.1.2. Da área coberta será demolida toda a estrutura que se encontra comprometida e sem possibilidade de uso, assim demarcada no projeto arquitetônico.

8.1.3 Os desaterros deverão ser executados até a cota referente ao pavimento térreo e conforme as plantas e seções. Deverão ser utilizados equipamentos pneumáticos ou rompedores apropriados para remoção do piso e demolição do concreto existente. Todo o material demolido ou removido deverá ser transportado em basculas ou veículo compatível para o local destinado, conforme determinação da fiscalização.

9. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

9.1. ESCAVAÇÃO MANUAL

9.1.1. Será executada com base no projeto estrutural e arquitetônico, de conformidade com a natureza do terreno e o volume do material a ser deslocado.

9.1.2. Sua execução obedecerá às normas técnicas atinentes ao assunto, adotando-se todas as providências e cautelas aconselháveis à manutenção da segurança da obra e principalmente do pessoal envolvido no trabalho.

9.1.3. De acordo com a profundidade, serão taludadas ou contidas com dispositivos adequados.

9.1.4. Deverão ser protegidas, quando for o caso, contra a ação de águas superficiais ou profundas, mediante drenagem, esgotamento ou rebaixamento do lençol freático.

9.1.5. A instalação dos dispositivos e equipamentos necessários será dotada de todos os elementos necessários ao seu perfeito funcionamento, conforme as técnicas específicas desses serviços.

9.1.6. Os serviços de esgotamento e rebaixamento serão permanentemente mantidos de acordo com as necessidades da obra, a critério e com a devida autorização da Fiscalização, de forma a evitar que ocorram prejuízos e danos aos trabalhos já executados e em execução.

9.2. ATERRO COMPACTADO E REATERRO

9.2.1. A areia usada, proveniente das escavações ou adquirida de fontes externas, será isenta de matéria orgânica e de entulho remanescente de serviços realizados.

9.2.2. Os trabalhos de aterro e reaterro serão executados com material escolhido, de preferência areia, em camadas sucessivas de altura máxima de 20 (vinte) cm, convenientemente molhadas e energicamente apiloadas de modo a serem evitadas ulteriores fendas, trincas e desníveis, por recalque, nas camadas aterradas.

9.2.3. Ficam a cargo do construtor as despesas com os transportes decorrentes da execução dos serviços de preparo do terreno, escavações e aterro, seja qual for a distância média e o volume considerado, bem como o tipo de veículo utilizado.

10. FUNDAÇÕES

10.1. FUNDAÇÕES

10.1.1. As fundações serão executadas rigorosamente de acordo com as normas da ABNT, indicações contidas no projeto estrutural e recomendações do projetista. Consideraram-se como níveis de referência os cortes da Arquitetura.

10.1.2. Cuidado especial deverá ser dispensado à verificação da locação, prumos e cotas dos elementos de fundação. Serão de inteira responsabilidade do construtor os problemas de estabilidade da obra decorrente da execução das fundações.

10.1.3. Um nivelamento planialtimétrico do terreno deverá ser feito antes do início da execução da locação com a finalidade de determinar com exatidão o nível de assentamento das sapatas e o nível zero da estrutura.

10.1.4. O Contratante deverá ser comunicado de quaisquer ocorrências que possam comprometer a qualidade das fundações.

10.2. CONCRETO ARMADO

10.2.1. Serão utilizadas formas de compensado plastificado 12 mm (doze milímetros). A forma deve garantir as dimensões da peça, estabilidade e estanqueidade durante o enchimento.

10.2.2. Será aplicado, a cada utilização da forma, desmoldante na diluição e consumo recomendado pelo fabricante.

10.2.3. As armaduras deverão ser limpas (isentas de graxa, lama, etc.) e serão executadas obedecendo rigorosamente todas as recomendações previstas no projeto de fundações.

10.2.4. O concreto, com fck conforme projeto, poderá ser usinado ou feito na obra com traço, agregados, dosagem de água obedecendo ao estabelecido por laboratório de reconhecida capacidade técnica.

10.2.5. Deverão ser tomados cuidados especiais para a forma cônica das sapatas quando do lançamento do concreto, procurando-se obter a inclinação prevista no projeto comparando-a através de arames bem esticados colocados nos cantos da forma.

10.3. ALICERCES DE PEDRA

10.3.1. A fundação das paredes que não estejam apoiadas sobre elementos estruturais (cintas, vigas, lajes, etc.), será executada com alvenaria de pedra argamassada no traço 1:2:5 (cimento: areia grossa:arisco), dimensionada com base na carga a suportar e nas características do terreno. Terão largura e profundidade mínimas de 40 cm e 40 cm respectivamente.

10.3.2. O baldrame será executado em tijolo cerâmico caso não exista aterro externo e em tijolo maciço caso contrário.

10.3.3. A argamassa de assentamento dos tijolos terá traço 1:4:2 (cal hidratada:areia vermelha:areia grossa) com a adição de 13 kg de cimento.

10.3.4. Sob os blocos e sapatas de fundação, antes da colocação da forma, será executado lastro de concreto impermeabilizado de espessura de 6 cm.

11. ESTRUTURAS DE CONCRETO

11.1. CONCRETO ARMADO

11.1.1. A estrutura deverá ser executada em observância às normas da ABNT, ao previsto no projeto estrutural e às recomendações do profissional responsável pelo cálculo.

11.2. FORMA E ESCORAMENTO

11.2.1. Serão utilizadas formas feitas em compensado plastificado de 12 mm estruturadas com sarrafos e/ ou barrotes de madeira de forma a evitar possíveis deformações provocadas pelo adensamento do concreto ou por fatores ambientais.

11.2.2. O escoramento, metálico ou de madeira, deverá ser dimensionado para suportar as cargas fixas e acidentais que possam atuar durante a execução do serviço, evitando deformações prejudiciais à estabilidade da estrutura.

11.2.3. Antes do início da concretagem, as formas deverão estar limpas e estanques, totalmente alinhadas e niveladas, escoradas e molhadas até a saturação a fim de evitar absorção de água ou perda da pasta.

11.2.4. Deverá ser aplicado, a cada utilização da forma, desmoldante na diluição e consumo recomendado pelo fabricante.

11.2.5. A retirada das formas e escoramentos será feita sem choques, de maneira progressiva, por pessoal treinado e orientado, usando ferramentas adequadas (marretas de borracha, pé-de-cabra, cunha de madeira, pontaletes de desforma, etc.) e seguindo a sequência de desforma e reescoramento a ser apresentada previamente ao proprietário.

11.3. ARMADURA

11.3.1. Todo o ferro, em rolo ou em barra, deverá ser armazenado em galerias bem definidas e sobre lastro de brita ou de sarrafos de madeira, de forma a não entrarem contato direto com o terreno para evitar oxidação.

11.3.2. As barras de aço, antes de serem montadas, deverão ser limpas, isentas de qualquer substância prejudicial à aderência com o concreto.

11.3.3. Serão moldadas obedecendo-se rigorosamente a todos os detalhes e recomendações previstos no projeto estrutural, utilizando-se as ferramentas adequadas ao serviço e à bitola do aço.

11.3.4. As emendas de barras das armaduras deverão ser feitas de acordo com o previsto no projeto. As não previstas só poderão ser localizadas e executadas conforme o item 9.5 da NBR-6118.

11.3.5. O transporte vertical das armaduras moldadas deverá ser feito com equipamento apropriado e de forma segura, visando à proteção dos operários envolvidos no processo.

11.3.6. A disposição das armaduras nas formas deverá reproduzir os espaçamentos, distribuição, quantidades e recobrimento previstos em projeto.

11.3.7. Para garantir o recobrimento das armaduras, será adotado ou só de "cocadas", peças pré-moldadas com argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:3, nas dimensões de 5 x 5 cm e espessura de acordo com o recobrimento recomendado.

11.4. CONCRETO

a) Dosagem

a) Deverá obedecer a dosagem racional determinada em laboratório para atingir o fck previsto no projeto estrutural.

b) O concreto estrutural poderá ser usinado ou virado na própria obra.

c) Agregados

d) A areia será do tipo quartzoso, de granulometria grossa e satisfazendo às necessidades da dosagem. Deve ser isenta de substâncias nocivas, tais como: torrões de argila, gravetos, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, etc.

e) A pedra britada deverá possuir granulometria adequada e diâmetro máximo compatível com a natureza do serviço.

f) Os agregados devem ser isentos de substâncias nocivas, tais como: torrões de argila, gravetos, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, etc.

b) Cimento

g) Deverá ser usados somente em sua embalagem original, tomando-se o cuidado para não mudar de marca durante uma mesma concretagem.

h) Deverá ser armazenado sobre estrado de madeira em pilhas de no máximo 10 (dez) sacos de altura, em local seco e protegido de intempéries e umidade.

i) A distribuição das pilhas deve ser feita de modo a facilitar o uso inicial do cimento mais velho, sendo os mais novos usados somente depois de esgotado completamente o estoque dos sacos antigos.

j) O cimento para concreto armado não deve ter mais que um mês de idade. Cimento empedrado devido ao tempo ou compressão não deve ser usado para nenhum tipo de concreto.

c) Preparo

k) O cimento deverá ser medido em peso, podendo este controle ser feito com a contagem dos sacos.

l) Os agregados deverão ser medidos em volume, se garantido que as padiolas sejam devidamente identificadas quanto à altura, agregado a transportar e quantidade de padiolas por traço.

m) A água destinada à mistura e cura do concreto deverá ser límpida, sem odor e isenta de sais nocivos ou impurezas orgânicas.

n) Especial cuidado deve ser tomado na medição da água de amassamento.

d) Transporte

o) Deverá ser executado de forma a evitar a segregação ou desagregação dos elementos do concreto.

e) Lançamento e Adensamento

p) Antes de se iniciar o lançamento do concreto, deverão ser feitas as seguintes verificações:

q) Limpeza, estanqueidade, escoramento, nivelamento e prumos das formas;

r) Conferência das armaduras e verificação de separadores e distanciadores;

s) Tubulações, caixas e passagens das instalações prediais;

t) Detalhes construtivos de projeto;

u) Existência de equipamento de proteção individual e coletivo em número suficiente;

v) Equipamento de reserva para dosagem de água;

w) Equipamentos para transporte, lançamento e adensamento do concreto em número suficiente e em condições de uso;

x) A existência de lona plástica para proteção no caso de chuva;

y) Instalações provisórias necessárias como água e força.

z) A equipe necessária para execução do concreto será determinada através da produtividade de mão-de-obra.

aa) O adensamento deverá ser mecânico, usando-se vibradores de imersão.

bb) Durante o adensamento, cuidado especial deve ser tomado para manter as tubulações embutidas e passagens em seus locais de origem, de forma a evitar obstruções ou reabertura de furos.

cc) O adensamento deverá ser cuidadoso,afim de que o concreto ocupe todos os recantos da forma.

dd) Deverá ser evitado o contato dos vibradores com as formas de maneira a não permitir a formação de vazios ao seu redor e nem diferenciar a aderência com o concreto.

ee) Os vibradores de imersão não devem ser deslocados horizontalmente sem estar vibrando a uma profundidade superior a sua agulha. É aconselhável a vibração por períodos longos em pontos distantes, sempre na posição próxima à vertical, com retirada de modo cuidadoso.

11.5. CUIDADOS ESPECIAIS

> Instalações

● Os furos para as passagens de instalações deverão ser convenientemente planejados, devendo sua execução ser efetuada durante a fase de concretagem da estrutura, colocando-se passagens com camisas de PVC, evitando-se o corte de estruturas já executadas.

12. ALVENARIAS E ELEMENTOS DE VEDAÇÃO

12.1. ALVENARIAS EM BLOCOS DE TIJOLO CERÂMICO

12.1.1. Os blocos de tijolo cerâmico serão de procedência conhecida e idônea, bem curados, compactos, homogêneos e uniformes quanto à textura e cor, isentos de defeitos de moldagem, como fendas, ondulações e cavidades nas dimensões.

12.1.2. O armazenamento e o transporte dos tijolos serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, lascas e outras condições prejudiciais.

12.1.3. As amarrações das alvenarias deverão ser executadas de conformidade com as indicações do projeto ou fiscalização.

12.1.4. Após o assentamento,as paredes deverão ser limpas,removendo-se os resíduos de argamassa.

12.2. VERGAS E CONTRA-VERGAS

12.2.1. Em todos os vãos de porta, janela e passagem onde não houver viga em sua parte superior, serão colocadas vergas de concreto armado com comprimento excedendo a largura do vão em pelo menos 20 cm para cada lado e dimensionadas de forma a vencer os vãos a que se destinam.

12.2.2. Na parte inferior dos vãos das janelas serão utilizadas contra-vergas com as mesmas especificações das vergas.

12.3. TUFOS DE MADEIRA

12.3.1. Os vãos de portas e janelas que receberão esquadrias de madeira terão embutidos na alvenaria tufos de madeira de lei para fixação dos forramentos, nas dimensões de 10 x 10 x 2,5cm, previamente tratados com imunizante inseticida.

12.3.2. Os tufos,06(seis)em todos os vão de porta,terãofixados03(três)pregos do tipo"asa de mosca" de 7/8" x 13, em cada uma de suas duas superfícies de maior dimensão, com a função de proporcionar uma maior aderência com a alvenaria. Serão chumbados com argamassa de cimento e areiagrossanotraço1:3.As aberturas na alvenaria,nas quais serão chumbados os tufos, deverão ter seção trapezoidal, para evitar que o tufo se "arranque" com facilidade da parede.

12.4. DIVISÓRIA DE GRANITO CINZA POLIDO-E=3cm

12.4.1. Colocaçãodedivisóriaemgranitocomespessurade3cmcomfacedupla.

12.4.2. A divisória será fixada no piso e na parede com uma profundidade de 5cm em ambas as peças de fixação, e envolvida na parte fixa com argamassa de cimento e areia no traço de 1:4.

12.4.3. Para fins de recebimento a unidade de medição é o metro quadrado(m2).

12.5. MUROS DE CONTORNO C/GRADIL

12.5.1 Serão executados conforme projeto,dentre as etapas:

12.5.2 Execução de baldrame de pedra nas dimensões de 60cm x 40cm;

12.5.3 Execução de cinta de concreto nas dimensões de 20cm x 20cm (com impermeabilização a base de emulsão asfáltica;

12.5.4. Execução de pilares de concreto nas dimensões de 20cm x 20cm a cada 3m de alvenaria:

12.5.5. Execução de chapisco e reboco em todas as faces do muro, devendo as áreas internas receber textura;

12.5.6. Complementará o fechamento da edificação a execução de gradil;

12.5.7. E modo o perímetro do muro e da mureta do gradil deverá ser executado chapim;

13. COBERTURA

13.1. ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTA

13.1.1. Toda a estrutura metálica de coberta será confeccionada em perfis de alumínio natural, conforme modelo existente, tendo espaçamento compatível com os vãos a vencer pelo comprimento das telhas, garantindo estabilidade e nivelamento das mesmas.

13.2. COBERTA

13.2.1. Na cobertura serão utilizadas telhas tipo alumínio e=0,70mm com acabamento natural.

13.2.2. Antes do início da montagem das telhas, será verificada a compatibilidade da estrutura de sustentação com o projeto da cobertura. Se existirem irregularidades, serão realizados os ajustes necessários. O assentamento deverá ser executado no sentido oposto ao dos ventos predominantes. As telhas serão fixadas às estruturas de sustentação por meio de parafusos ou ganchos providos de roscas, porcas e arruelas, de conformidade com os detalhes do projeto.

13.2.3. O assentamento das telhas será realizado cobrindo-se simultaneamente as águas opostas do telhado, a fim de efetuar simetricamente o carregamento da estrutura de sustentação. Serão obedecidos os recobrimentos mínimos indicados pelo fabricante, em função da inclinação do telhado.

14. REVESTIMENTOS DE PAREDES E LAJES

14.1. CHAPISCO PAREDES

14.1.1. Será aplicado em todas as paredes e superfícies de elementos estruturais a serem revestidos com emboço ou reboco. A argamassa será de cimento e areia grossa no traço 1:4 (em volume).

14.2. EMBOÇO PAREDES

14.2.1. Será aplicado em todas as superfícies destinadas a receber revestimento cerâmico. Deverá ter uma espessura mínima de 2 cm e será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

14.3. REBOCO PAREDES

14.3.1. Em massa única tipo paulista, executado com argamassa de cimento e areia peneirada, traço 1:3, será aplicada em todas as superfícies destinadas a receber pintura látex ou acrílica. Com espessura mínima de 2,5 cm terá acabamento liso desempenado e esponjado.

14.4. REVESTIMENTOS CERÂMICOS

14.4.1. O revestimento cerâmico das áreas de piso usará a cerâmica antiderrapante 47x47 cm e PEI-4/5 cor branca, sendo executada sobre a camada de regularização do piso, em panos conjuntas a prumo e alinhadas, utilizando-se argamassa adesiva industrializada tipo AC-III, aplicada com desempenadeira dentada, observando-se os procedimentos aconselhados pelo fabricante de cerâmica e da argamassa.

14.4.2. O revestimento cerâmico das áreas de parede usará a cerâmica esmaltada retificada 32x60 cm e PEI-4/5, sendo executada sobre emboço desempenado, em panos com juntas a prumo e alinhadas, utilizando-se argamassa adesiva industrializada tipo AC-III, aplicada com desempenadeira dentada, observando-se os procedimentos aconselhados pelo fabricante de cerâmica e da argamassa.

14.4.3. O revestimento cerâmico das áreas da fachada usará a cerâmica esmaltada 10x10 cm e PEI-4/5, sendo executada sobre emboço desempenado, em panos conjuntas a prumo e alinhadas, utilizando-se argamassa adesiva industrializada tipo AC-III, aplicada com desempenadeira dentada, observando-se os procedimentos aconselhados pelo fabricante de cerâmica e da argamassa.

14.4.4. As juntas entre as peças cerâmicas, com largura de acordo com o recomendado pelo fabricante da cerâmica, serão preenchidas com argamassa de rejuntamento tipo industrializada de característica antifungo e cor compatível com a cor da cerâmica ou do tipo epóxi conforme indicação em projeto.

14.4.5. As cerâmicas serão do tipo "A", com padrão, dimensões e locais de aplicação de acordo com o indicado no quadro de especificações de projeto de arquitetura.

14.5. CHAPISCO TETO

14.5.1. Será aplicado em todas as superfícies externas que serão emboçadas ou rebocadas. A argamassa será de cimento e areia grossa no traço 1:3.

14.7 REBOCO TETO

- Em massa única tipo paulista, executado com a mesma argamassa do emboço interno, será aplicado em todas as superfícies destinadas a receber pintura látex ou acrílica. Com espessura de 2 cm, terá acabamento liso desempenado e esponjado.

16 PISOS E PAVIMENTAÇÕES

16.1 CONTRAPISO(PISO MORTO)

- As áreas que receberão revestimentos cerâmicos, granito, piso industrial ou pré-moldado em contato diretamente com o terreno, receberão contrapiso em concreto simples fck = 13,5 MPa, com espessura mínima de 6 cm.

- O contrapiso será executado sobre terreno perfeitamente nivelado e compactado.

16.2 REGULARIZAÇÃO DE BASE P/PISOCOMARGAMASSA1:4–E=3,0CM

- Execução de regularização de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia no traço 1:5.

- A base deverá estar preparada e regularizada com todos os detalhes, embutimentos e fixação de tubos, conforme projetos.

- Para fins de recebimento a unidade de medição é o metro quadrado(m²).

16.4 CALÇADA DE PROTEÇÃO

1. Acalçada de proteção será executada na largura de 1,55 m ao longo de todo o perímetro externo da edificação, com base de concreto com espessura de 6 cm, sobre a qual será feito o piso cimentado com argamassa de cimento e areia.

17 IMPERMEABILIZAÇÕES

2. Cabe ao construtor apresentar previamente à execução dos serviços, desenhos de detalhamento de todos os tipos de impermeabilização a serem realizados na obra, para aprovação pelo proprietário e/ ou seu representante.

3. O construtor deverá apresentar, no ato da conclusão dos trabalhos, “TERMO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E QUALIDADE DOS MATERIAIS

EMPREGADOS”, em favor do proprietário, pelo prazo de 5(cinco)anos.

17.1 PREPARAÇÃO DAS ÁREAS A IMPERMEABILIZAR

- Todas as superfícies a serem impermeabilizadas deverão ser perfeitamente limpas até fiquem completamente isentas de poeira, resíduos de argamassa, pontas de ferro, rebarbas de concreto e manchas gordurosas.

- As superfícies das áreas a impermeabilizar, exceto as paredes dos reservatórios, receberão camada de regularização com argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:3, perfeitamente solidária à base, espessura mínima de 6 cm, acabamento desmoldado, declividade mínima de 0,5% em direção aos ralos ou caixas sifonadas, arestas arredondadas e ângulos reentrantes com concordância em meia cana.

17.2 SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO

➤ Sistema1–MantaPoliéster–Facesempolietileno4mm

- Sistema de impermeabilização com manta asfáltica, classe B, estruturada com poliéster, com espessura de 4mm e tipo IV da NBR 9952 daABNT.
- LocaldeAplicação:Jardineiras.

➤ Sistema2–MantaPoliéster–Facesemalumínio4mm

- Sistema de impermeabilização com manta asfáltica, classe B, estruturada com poliéster, face exposta em alumínio, com espessura de 4mm e Tipo III da NBR 9952 daABNT.
- LocaldeAplicação:Lajetécnica.

17.3 PROTEÇÃO MECÂNICA

- Imediatamente após o término do processo de impermeabilização e à realização do teste de estanqueidade, será executada uma camada de argamassa de proteção contra danos mecânicos. A proteção mecânica, com espessura mínima de 2,0 cm, será confeccionada com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

18 ESQUADRIAS DE MADEIRA, ALUMÍNIO E VIDRO

18.1 PORTA DE MADEIRA-COMPLETA

- Assentamento de porta em madeira com guarnições.
 - Para o engradamento das aduelas, deverá se verificar o engradamento nas peças e, em seguida, verificar a dimensão do rebaixo observando se está de acordo com os detalhes específicos do projeto.
 - Para executar o assentamento das aduelas, as mesmas já deverão estar engradadas com sarrafos e seladas e o nível do piso a deverá estar definido, bem como o projeto de alvenaria deverá ter as dimensões dos vãos, conforme normas técnicas.
 - O comprimento das ombreiras deverá ser de 2,13 m. As peças serão furadas, então, com broca, antes da montagem. A travessa deverá ser, em seguida, fixada nas ombreiras com pregos 17x27 e os travamentos serão fixados com pregos 17x27.
 - O assentamento será feito verificando-se o vão e, em seguida, posicionando-se a aduela na altura, de acordo com o nível do piso fornecido. A aduela será alinhada pelas taliscas de revestimento sendo posicionada no vão com cunhas de madeira, observando as bonecas para a colocação de alizares. A aduela será, então, chumbada com argamassa recomendada.
 - Para a colocação do alizar será verificado o encontro da aduela com o revestimento. Serão tiradas as medidas das peças e será feito o encontro da peça vertical com a horizontal de acordo com detalhes fornecidos. O alizar será alinhado pela aresta da aduela e a distância deste, deverá concordar com os pregos 15 x 15 sem cabeça, fixados no topo de aduela ou de acordo com detalhes específicos. Os pregos serão, então, repuxados nos alizares, devendo-se distanciar em 30cm os pontos de fixação.
 - Para assentar a folha da porta os alizares já deverão ter sido colocados, bem como a soleira e a porta deverão estar seladas ou com tinta de fundo. As condições da porta deverão ser verificadas de acordo com as especificações das mesmas, das dobradiças e dos parafusos. Os locais das dobradiças serão marcados na porta e aduela e, em seguida, serão feitos os rebaixos de acordo com a dobradiça utilizada. Serão furados com broca os locais onde serão aparafusados as dobradiças e, em seguida, estas serão fixadas na porta.
 - Será dependurada a porta na aduela e as dobradiças serão aparafusadas. A folga entre a porta e o portal será uniforme em todo o perímetro, de acordo com normas técnicas. Será verificada a folga e a espessura da porta com a largura do jabre. Por fim, será verificado o funcionamento da porta).
 - Para fins de recebimento, a unidade de medição é a unidade (un).

18.2 ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO

- Os vãos de esquadrias dos demais ambientes receberão esquadrias de alumínio e vidro, liso, incolor, espessura 6 mm para portas e 4 mm para janelas, conforme medidas indicadas em projeto de arquitetura.

18.3 JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO E VIDRO

- Colocação e acabamento de janelas em alumínio decorrer.
- Deverão ser observados o nível da janela, as dimensões do vão, as folgas necessárias e os pontos do reboco interno e externo.
- Após a colocação do batente, deverão ser fixadas ao batente as folhas das janelas por meio dos dispositivos de fixação que acompanham o caixilho.
- Para fins de recebimento, a unidade de medição é o metro quadrado (m²).

19 FORROS

- Nos locais em que as lajes de concreto não forem aplicadas, será aplicado o forro em PVC modulado 618 x 1250 mm em perfil "T" em alumínio.

20 PINTURAS

20.1 ACRÍLICA

- Será aplicada na pintura das paredes indicadas no projeto de arquitetura em no mínimo 02 (duas) demãos ou o necessário a um perfeito acabamento, seguindo as recomendações do fabricante.
- A superfície a ser pintada receberá preparação prévia com a aplicação de selador e massa acrílica, com o posterior lixamento, de forma a deixar a superfície perfeitamente lisa.

20.2 LÁTEX

- Será aplicada na pintura dos locais indicados no projeto de arquitetura em no mínimo 02 (duas) demãos ou o necessário a um perfeito acabamento, seguindo as recomendações do fabricante.
- A superfície a ser pintada receberá preparação prévia com a aplicação de selador e massa PVA, com o posterior lixamento, de forma a deixar a superfície perfeitamente lisa.

21 BANCADAS, SOLEIRA E PEITORIL

21.1 BANCADAS

- Serão colocadas bancadas nas dimensões e detalhes de acordo com o projeto de arquitetura. As bancadas de banheiro serão dotadas de cuba oval de louça do tipo de embutir. O assentamento deverá ser de forma estável e nivelada com argamassa 1:3, serão dotadas de elementos de concreto pré-moldado para apoio quando com bordos laterais livres e/ou de dimensões entre apoio maiores que 1,20m.

21.2 SOLEIRAS

- Serão colocadas soleiras de granito com largura de 15cm, nas mudanças de nível e tipos de piso, conforme projeto de arquitetura. O assentamento deverá ser de forma estável e nivelada com argamassa 1:3.

21.3 PEITORIL

- Serão colocados peitoris de granito com largura e espessura de 2 cm, nas esquadrias de alumínio e visores de bancadas, respectivamente, conforme projeto de arquitetura. O assentamento deverá ser de forma estável e nivelada com argamassa 1:3.

• INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/ELETRÔNICAS/TELEFÔNICA/LÓGICA

21.4 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E AUTOMAÇÃO PREDIAL

➤ Eletrodutos e Conexões

- Os eletrodutos e conexões serão em PVC rígido.
- As tubulações embutidas na estrutura de concreto e as tubulações de prumadas serão executadas com eletrodutos de PVC rígido. Nos locais em que se fizer necessário, de acordo com o projeto, serão utilizadas curvas para eletrodutos de PVC rígido. Nenhuma curva terá ângulo inferior a 90°.
- Quando externos, conforme indicação em projeto, os eletrodutos serão de PVC rígido roscável e fixados, de forma firme e estável, por suportes apropriados.
- As emendas dos eletrodutos serão executadas por meio de luvas.
- Nas alvenarias de tijolo cerâmico maciço, os rasgos para embutir tubulações serão abertos com a utilização de equipamento de corte apropriado. **Caixas e Conduletes**
- As caixas de embutir de 3"x3", 4"x2", 4"x4" e 4"x4" FM serão de PVC, colocadas nos locais indicados no projeto de instalação elétrica, em todos os pontos de luz, interruptores, tomadas e passagens.
- Nas instalações aparentes, serão usados conduletes de alumínio silício, dos tipos "L" e "T", nas bitolas indicadas em projeto.
- Serão usadas as seguintes caixas:
 - Octogonal FM de 4"x4" para caixas de passagens embutidas na estrutura.
 - Retangular 4"x2" para tomadas e interruptores.
 - Quadrada 4"x4" para os pontos de luz em teto e passagens.
 - Hexagonal 3"x3" para pontos de luz em teto e passagem.
- Assentamento de caixas de passagens 4"x2", 4"x4" e 3"x3", em paredes revestidas com reboco, obedecerá a seguinte padronização de alturas, salvo especificado em contrário no projeto.
- No caso de paredes revestidas com cerâmica as caixas de PVC serão fixadas juntamente com o revestimento. Deverá ser evitado, sempre que possível, instalar as caixas de forma a precisarem de três cortes em única peça cerâmica.
- As caixas deverão ser assentadas perfeitamente niveladas, aprumadas, alinhadas e faceadas com a superfície acabada da parede ou do teto aonde venham a ser assentadas.
- Os conduletes deverão ser assentados perfeitamente aprumados e alinhados, e terão fixação reforçada com parafusos (mínimo de dois) e buchas de nylon.

- As caixas de passagem metálicas, com dimensões e locais de aplicação de acordo com o projeto de instalações elétricas, serão de chapa de alumínio, bitola 18USG de espessura, pintura a pó poliéster / epóxi na cor cinza.

➤ Fios e Cabos Elétricos

- Serão de cobre eletrolítico, com isolamento termoplástico antichama de 750V para condutores a partir de 2,5mm², nas bitolas previstas em projeto. Sendo necessária utilização de cabos unipolares 1000V para os alimentadores do quadro geral do centro de medição, das unidades consumidoras, subterrâneos e com passagem em eletrocalhas.

- As emendas e derivações dos condutores serão executadas de forma a garantir uma resistência mecânica adequada e contato elétrico perfeito, e só serão permitidas dentro das caixas de passagem. O isolamento das emendas e derivações será feito com fita isolante, de modo a assegurar uma proteção equivalente à dos condutores.

➤ Interruptores, Tomadas e Demais Funções Elétricas de Comando

- Os interruptores, tomadas e demais funções elétricas de comando, com as características e locais de aplicação conforme projeto.

➤ Luminárias

- As luminárias de fabricação diversificada, nos modelos, quantidades e locais indicados no projeto de instalação elétrica, serão instaladas completas, com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.

21.5 INSTALAÇÃO DE SPDA (SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS)

- Os serviços englobam a montagem do sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
- Compreenderá a construção do aterramento do sistema como projetado, com caixas de passagens, cabos de cobre nu, hastes tipo copperweld, cordoalhas de cobre nu, isoladores para suportes de mastro, captosres, dos cabos de descidas, braçadeiras, acessórios e tubos de PVC para proteção.

- Para fins de fornecimento, a unidade de medição é a unidade(un).

21.6 INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

➤ Tubulações Secundárias e Conexões

- Os eletrodutos e conexões serão de PVC rígido roscável embutidos no piso e paredes. Quando externos, conforme indicação em projeto serão fixados, de forma firme e estável, por suportes apropriados.

- Os eletrodutos serão fixados aos quadros e caixas de passagem através do uso de buchas e arruelas metálicas.

➤ Caixas e Conduletes

- As caixas de embutir de 3"x3", 4"x2", 4"x4" serão de PVC, colocadas nos locais indicados no projeto.

- No caso de paredes revestidas com cerâmica as caixas de PVC serão fixadas juntamente com o revestimento. Deverá ser evitado, sempre que possível, instalar as caixas de forma a precisarem de três cortes em única peça cerâmica.

- Nas instalações aparentes, serão usados conduletes de alumínio silício, dos tipos "L" e "T", nas bitolas indicadas em projeto.

- Os conduletes deverão ser assentados perfeitamente aprumados e alinhados, e terão fixação reforçada com parafusos (mínimo de dois) e buchas de nylon.

- As caixas deverão ser assentadas perfeitamente niveladas, aprumadas, alinhadas e faceadas com a superfície acabada da parede ou do teto aonde venham a ser assentadas.

➤ Fios e Cabos Telefônicos

- A fiação será do tipo CCI e a cabeaçoção do tipo CI nas bitolas determinadas em projeto.

- A cabeaçoção das prumadas, distribuição e ligação dos blocos terminais deverão ser executadas por profissionais especializados segundo normatização e códigos da concessionária.

- As tubulações secas de entrada deverão ser providas de arame galvanizado de pesca na bitola #16.

22 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS/ ÁGUAS PLUVIAS

- Os materiais e serviços de instalações deverão atender às prescrições das normas brasileiras específicas, às exigências das concessionárias locais, aos projetos de instalações e às especificações básicas deste caderno.
- Os usos de materiais equivalentes aos especificados só serão aceitos após análise e aprovação por escrito do projetista e fiscalização da obra.
- São requisitos especiais:
- Materiais e componentes empregados deverão ser novos e livres de qualquer defeito.
- Todos os equipamentos deverão ser inspecionados, e testados antes de sua entrega e ligação definitiva.
- A embalagem e identificação dos equipamentos deverão estar de acordo com as especificações.
- Para facilidade de desmontagem das canalizações, deverão ser colocadas luvas de união antes e depois de cada registro ou válvula.
 - As canalizações nunca serão inteiramente horizontais, devendo apresentar declividade mínima de 0,5cm no sentido do escoamento. Todos os elementos deverão ser limpos com benzina antes de receberem pintura com tinta a base de Epóxi.
 - Durante a construção e até a montagem dos aparelhos, as extremidades livres das canalizações serão com bujões rosqueados, não sendo permitido o uso de buchas de madeira ou papel.
 - Todas as canalizações de água fria depois de instaladas devem ser submetidas a testes de pressão interna. As canalizações devem ser lentamente cheias de água, certificando-se que o ar foi expelido, e em seguida, submetidas a uma pressão de 100% superior à pressão estática máxima da instalação, durante 6 (seis) horas no mínimo.
 - Todos os vasos serão fixados com parafusos de cabeça castelo cromado e todas as ligações serão cromadas, e deverão seguir as instruções do fabricante quanto à metodologia de assentamento e uso de acessórios tais como: arruelas, virolas, etc.

22.1 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS (ÁGUA FRIA)

> Tubulações e Conexões

- As tubulações e conexões deverão ser testadas individualmente ou de forma geral em sua pressão de trabalho. O teste das tubulações embutidas em paredes deverá ser executado antes da execução dos revestimentos.

> Válvulas e Registros de Gaveta 9"0"x c8"-+h gfh

- As válvulas de retenção horizontal/vertical e de pé de crivo deverão atender às prescrições das normas brasileiras específicas.

22.2 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

> Tubulações e Conexões

- As tubulações e conexões de esgoto primário e secundário serão em PVC rígido sanitário soldável, série normal.
- As soldas dos tubos e conexões deverão ser bem executadas, empregando-se adesivo apropriado e adotando-se todos os procedimentos especificados pelo fabricante, de forma que se garanta a perfeita estanqueidade do conjunto. Em hipótese alguma será admitido o uso de soluções alternativas (aquecimento dos tubos) para se fazer derivações ou junções de tubos e conexões.
- A instalação sanitária será testada através da colocação de água em condição de uso para verificação de possíveis vazamentos.

> Caixas e Ralos

- As caixas e ralos serão de PVC, com grelha, e deverão atender às prescrições das normas brasileiras específicas.
- As caixas de inspeção serão executadas em alvenaria de tijolo maciço diatomita, com dimensões internas de 0,60m e profundidade conforme projeto. Terá laje de fundo de concreto simples, tampa de concreto armado com moldura em cantoneira de ferro, revestidas internamente com argamassa de cimento e areia grossa peneirada no traço 1:3. Ver detalhe de projeto.

- As caixas de gordura especiais e caixas sifonadas especiais serão em pré-moldado de concreto com diâmetros conforme projeto.

22.3 LOUÇAS SANITÁRIAS E METAIS

➤ Louças Sanitárias

- As bacias sanitárias deverão atender às prescrições das normas brasileiras específicas, com caixa acoplada, acompanhada de assento/tampa plástica.
- No assentamento das bacias sanitárias serão usados anéis de vedação para bacias.

➤ Metais Sanitários

- Nos Wcs Masculino e Feminino, as torneiras de lavatório deverão atender às prescrições das normas brasileiras específicas
- Os chuveiros deverão ser cromados e com articulação e atender às prescrições das normas brasileiras específicas
- As válvulas para escoamento de lavatórios e pia da copa serão de metal.
- Os sifões de lavatórios serão metálicos reguláveis, cromados.
- Os engates para ligação das bacias sanitárias com caixa acoplada e das torneiras de lavatório serão do tipo flexível cromado $D = \frac{1}{2}$, de 40 cm.

➤ Acessórios Sanitários

- Todos os banheiros e WCs serão equipados com os seguintes acessórios sanitários:
- Saboneteira de metálica;
 - Porta papel higiênico metálico.
- Ralos, Grelhas e Portas Grelhas
 - Os ralos secos, grelhas (acabamento em inox) e porta grelhas serão em PVC.

23 SERVIÇOS FINAIS

23.1 LIMPEZA GERAL

- Durante sua execução, a obra será mantida em condições adequadas de limpeza, de forma a permitir a boa execução de todos os serviços e a segurança dos trabalhadores e técnicos.
- Todos os entulhos produzidos na obra serão removidos periodicamente, conforme “Manual de Planejamento e Procedimentos” da empresa construtora, a ser apresentado ao proprietário quando do início da obra, de forma a manter as condições normais de funcionamento e atender as exigências da SEMAM.
- Quando da entrega da obra, todos os pisos, revestimentos, vidros, ferragens, louças, etc. deverão estar completamente limpos e as instalações testadas e entregues em perfeitas condições de uso.

24 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A fiscalização da obra ficará a cargo da Superintendência de Obras Públicas- SOP, através de um engenheiro legalmente habilitado para os serviços, e com amplos direitos de “liberdade e ação”, na condução do desenrolar da obra, em epígrafe.
- A liberação as faturas correspondentes aos serviços efetivamente executados, de penderá sempre da aprovação da fiscalização da obra, através de boletins de medição.
- O desentulho deverá ser feito durante todo o decorrer da obra, assim se faça necessário, para que mantenha o canteiro, sempre limpo, apresentando boa aparência e condições mínimas de higiene.
- A construtora manterá um livro “Diário de Ocorrências”, onde serão anotados os registros diários, recomendações e observações por parte da fiscalização e do engenheiro residente, representante da empreiteira, bem como, as ocorrências e eventos que possam caracterizar o andamento dos trabalhos, o referido livro será fornecido pela SOP.
- Possível acréscimo de serviços, não previstos em orçamento, deverão ter prévia conhecimento e aprova da fiscalização.

ANEXO E - COMPOSIÇÃO DA PARCELA DO BDI

COMPOSIÇÃO DO BDI			
  <p>Av. Godofredo Maciel, 2900 - Maraponga CEP 60710-903 - Fortaleza/CE Fone: (85) 3195.2300 Horário de funcionamento SEDE: 08h às 15h (Seg-Sex)</p>	OBRA:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	
	DESCRIÇÃO:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	
	DATA :		BDI : 24,36%
	FONTE		VERSÃO HORA MES
		ORSE	2025/06 111,36% 69,82%
		SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO 84,44% 47,48%
		SINAPI	2025/07 COM DESONERAÇÃO 92,17% 53,50%

COD	DESCRIÇÃO	%
Despesas Indiretas		
AC	Administração Central	4,00
DF	Despesas Financeiras	1,23
R	Riscos	1,00
TOTAL		6,23


Benefícios		
S+G	Garantia/Seguros	0,80
L	Lucro	7,00
TOTAL		7,80

I	Impostos	
	COFINS	3,00
	ISS	1,50
	PIS	0,65
	CPRB	2,70
TOTAL		7,85

BDI = 24,36%

$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO F - ENCARGOS SOCIAIS


TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS			
	OBRA:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	
	DESCRIÇÃO:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025	
	DATA :		BDI : 24,36%
	FORTE	VERSÃO	HORA MES
	ORSE	2025/06	111,36% 69,82%
	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44% 47,48%
	SINAPI	2025/07 COM DESONERAÇÃO	92,17% 53,50%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	36,80	36,80
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,86	0,00
B2	Feriados	3,93	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,84	0,65
B4	13º Salário	10,80	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,72	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,48	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,09	0,07
B9	Férias Gozadas	8,54	6,60
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03
	TOTAL	44,35	16,29
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,75	3,67
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,09
C3	Férias Indenizadas	4,72	3,64
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,49	2,70
C5	Indenização Adicional	0,40	0,31
	TOTAL	13,47	10,41
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	16,32	5,99
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,42	0,33
	TOTAL	16,74	6,32

A + B + C + D = 111,36 69,82



ANEXO G- ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS

	ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS					
	OBRA:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025				DATA : BDI : 24,36%
	DESCRIÇÃO:	CENTRO DE BEM-ESTAR DO DETRAN-CE (DESONERADO) - 30/09/2025				
		FORTE	VERSÃO	HORA	MES	
		ORSE	2025/06	111,36%	69,82%	
		SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%	
		SINAPI	2025/07 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FORTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL
C4151	ARMADURA DE AÇO CA 50/60	SEINFRA	Serviço	KG	3.546,29	R\$ 12,87	R\$ 45.640,75	5,73	5,73	A
C1920	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)	SEINFRA	Serviço	M2	303,69	R\$ 136,06	R\$ 41.320,06	5,19	10,92	A
C0540	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5MM2	SEINFRA	Serviço	M	4.945,60	R\$ 6,91	R\$ 34.174,10	4,29	15,21	A
-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA		Não cadastrado	%	100,00	R\$ 281,96	R\$ 28.196,00	3,54	18,75	A
C1069	DEMOLIÇÃO DE PISO INDUSTRIAL	SEINFRA	Serviço	M2	506,22	R\$ 55,57	R\$ 28.130,65	3,53	22,29	A
C0843	CONCRETO PVIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	Serviço	M3	50,50	R\$ 533,00	R\$ 26.916,50	3,38	25,67	A
C0555	CABO EM PVC 1000V 50MM2	SEINFRA	Serviço	M	498,10	R\$ 48,37	R\$ 24.093,10	3,03	28,69	A
C5216	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, TRANSPORTE COM GUINDASTE, JATEAMENTO E PINTURA	SEINFRA	Serviço	KG	1.362,49	R\$ 17,68	R\$ 24.088,82	3,03	31,72	A
C3037	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4	SEINFRA	Serviço	M2	470,51	R\$ 49,57	R\$ 23.323,18	2,93	34,65	A
C3506	GUARDA CORPO C/ CORRIMÃO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 2"	SEINFRA	Serviço	M	60,31	R\$ 362,41	R\$ 21.856,95	2,75	37,39	A
C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	SEINFRA	Serviço	M2	1.028,53	R\$ 21,07	R\$ 21.671,13	2,72	40,12	A
C0069	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCO DE CONCRETO (19x19x39)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP= 19 cm	SEINFRA	Serviço	M2	179,35	R\$ 109,17	R\$ 19.579,64	2,46	42,57	A
C1987	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0,80X 2,10)m	SEINFRA	Serviço	UN	18,00	R\$ 1.002,81	R\$ 18.050,58	2,27	44,84	A
I13515	Luminária hermética de sobrepoe, para lâmpada tubular T8, 2x18w, IP65, 65cm, ref.: LMIP65 2x18 - T8C, da G-light ou similar	ORSE	Material	un	154,00	R\$ 102,54	R\$ 15.791,16	1,98	46,82	A
C1919	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (EXTERNO)	SEINFRA	Serviço	M2	140,15	R\$ 109,79	R\$ 15.387,07	1,93	48,76	A
C4442	CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 10x10cm (100cm²) - DECORATIVA - P/ PAREDE	SEINFRA	Serviço	M2	167,98	R\$ 87,14	R\$ 14.637,78	1,84	50,60	B
C1179	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3/4"	SEINFRA	Serviço	M	515,70	R\$ 26,91	R\$ 13.877,49	1,74	52,34	B
C1405	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESP= 12mm UTIL 3 X	SEINFRA	Serviço	M2	99,00	R\$ 140,12	R\$ 13.871,88	1,74	54,08	B
C4725	CERCA/GRADIL NYLOFOR H=2,43M, MALHA 5 X 20CM - FIO 5,00MM, COM FIXADORES DE POLIAMIDA EM POSTE 40 x 60 MM CHUMBADOS EM BASE DE CONCRETO (EXCLUSIVE ESTA), REVESTIDOS EM POLIESTER POR PROCESSO DE PINTURA ELETROSTÁTICA (GRADIL E POSTE), NAS CORES VERDE OU BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SEINFRA	Serviço	M	30,00	R\$ 455,23	R\$ 13.656,90	1,72	55,80	B
C2179	REGULARIZAÇÃO DE BASE C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4 - ESP= 3cm	SEINFRA	Serviço	M2	477,40	R\$ 27,02	R\$ 12.899,35	1,62	57,42	B
C1208	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA	SEINFRA	Serviço	M2	958,96	R\$ 12,83	R\$ 12.303,46	1,55	58,96	B
C1943	POLIMENTO EM PISO INDUSTRIAL	SEINFRA	Serviço	M2	194,39	R\$ 62,40	R\$ 12.129,94	1,52	60,48	B
C4563	ROTEADOR AUTO-GERENCIÁVEL P/ COMUNICAÇÃO DE DADOS, PARA FIBRA ÓPTICA MONO-MODO, COM CONECTORES ST - PADRÃO RACK 19"	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 5.451,74	R\$ 10.903,48	1,37	61,85	B
C4533	CABO LÓGICO 4 PARES, CATEGORIA 6 - UTP	SEINFRA	Serviço	M	759,50	R\$ 13,86	R\$ 10.526,67	1,32	63,18	B
C4096	DIVISÓRIA DE GRANITO CINZA E=3cm	SEINFRA	Serviço	M2	20,43	R\$ 503,66	R\$ 10.289,77	1,29	64,47	B
C0521	CABO COBRE NU 50MM2	SEINFRA	Serviço	M	151,60	R\$ 64,14	R\$ 9.723,62	1,22	65,69	B
C4495	DIVISÓRIA DE GESSO ACARTONADO e=48mm, S/ REVESTIMENTO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	SEINFRA	Serviço	M2	75,34	R\$ 121,15	R\$ 9.127,44	1,15	66,84	B
C1628	LIMPEZA GERAL	SEINFRA	Serviço	M2	671,79	R\$ 12,92	R\$ 8.679,53	1,09	67,93	B
C3621	DUTOS FLEXÍVEIS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) - D=4", INCLUSIVE CONEXÕES	SEINFRA	Serviço	M	125,80	R\$ 66,40	R\$ 8.353,12	1,05	68,97	B
C1604	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	SEINFRA	Serviço	M3	50,50	R\$ 159,08	R\$ 8.033,54	1,01	69,98	B
C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	SEINFRA	Serviço	M2	347,87	R\$ 22,85	R\$ 7.948,83	1,00	70,98	B
C1221	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4	SEINFRA	Serviço	M2	211,15	R\$ 36,48	R\$ 7.702,75	0,97	71,95	B
C3750	CABO DE FIBRA ÓPTICA, 01 PAR	SEINFRA	Serviço	M	978,70	R\$ 6,94	R\$ 6.792,18	0,85	72,80	B
C0610	CAIXA EM ALVENARIA (40X40X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	Serviço	UN	13,00	R\$ 505,37	R\$ 6.569,81	0,83	73,63	B
C4447	PORCELANATO RETIFICADO NATURAL (FOSCO) C/ ARG. PRÉ-FABRICADA - P/ PAREDE	SEINFRA	Serviço	M2	43,18	R\$ 140,65	R\$ 6.073,27	0,76	74,39	B
C1196	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL CONEXÕES D= 25mm (3/4")	SEINFRA	Serviço	M	326,00	R\$ 18,00	R\$ 5.868,00	0,74	75,13	B
C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:28)	SEINFRA	Serviço	M2	88,99	R\$ 62,98	R\$ 5.604,59	0,70	75,83	B



C1207	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA	SEINFRA	Serviço	M2	334,19	R\$ 16,25	R\$ 5.430,59	0,68	76,51	B
C1158	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (50X50)mm	SEINFRA	Serviço	M	96,50	R\$ 53,98	R\$ 5.209,07	0,65	77,17	B
C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	SEINFRA	Serviço	M2	681,67	R\$ 7,42	R\$ 5.057,99	0,64	77,80	B
C0534	CABO ISOLADO PVC 750V 4MM2	SEINFRA	Serviço	M	569,70	R\$ 8,76	R\$ 4.990,57	0,63	78,43	B
COMP01	PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE CORRER, 2 FOLHAS (2.00 X 2.10) m, E=10 mm, INSTALADA	Não cadastrado	UN		2,00	R\$ 2.425,85	R\$ 4.851,70	0,61	79,04	B
C0609	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1/2 TJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	SEINFRA	Serviço	UN	10,00	R\$ 465,14	R\$ 4.651,40	0,58	79,62	B
C0348	BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA	SEINFRA	Serviço	UN	7,00	R\$ 661,55	R\$ 4.630,85	0,58	80,20	C
C4519	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO, DE CORRER, SEM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	SEINFRA	Serviço	M2	13,10	R\$ 344,72	R\$ 4.515,83	0,57	80,77	C
C4439	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ACIMA DE 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 P/ PISO	SEINFRA	Serviço	M2	33,56	R\$ 127,49	R\$ 4.278,56	0,54	81,31	C
C1967	PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA	SEINFRA	Serviço	M2	6,48	R\$ 640,10	R\$ 4.147,85	0,52	81,83	C
89993	GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL AF_09/2021	SINAPI	Serviço	M3	3,86	R\$ 1.056,09	R\$ 4.076,51	0,51	82,34	C
C4541	PLACA PADRÃO DE OBRA, TIPO BANNER	SEINFRA	Serviço	M2	10,00	R\$ 385,95	R\$ 3.859,50	0,48	82,83	C
C1619	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA S/COLUNA C/TORNEIRA E ACESSÓRIOS	SEINFRA	Serviço	UN	7,00	R\$ 542,11	R\$ 3.794,77	0,48	83,30	C
95777	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	Serviço	UN	136,00	R\$ 27,33	R\$ 3.716,88	0,47	83,77	C
C0466	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 1"	SEINFRA	Serviço	UN	515,00	R\$ 7,17	R\$ 3.692,55	0,46	84,23	C
C2593	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=100MM (4")	SEINFRA	Serviço	M	85,91	R\$ 42,14	R\$ 3.620,25	0,45	84,69	C
C1197	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 32mm (1")	SEINFRA	Serviço	M	132,00	R\$ 27,32	R\$ 3.606,24	0,45	85,14	C
C4480	FORRO ACÚSTICO EM PLACAS DE FIBRA MINERAL C/PERFIL "T" EM ALUMÍNIO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	SEINFRA	Serviço	M2	35,27	R\$ 101,88	R\$ 3.593,31	0,45	85,59	C
C1126	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2mm E 6mm EM CERÂMICA, ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA (PAREDE/PISO)	SEINFRA	Serviço	M2	167,98	R\$ 20,66	R\$ 3.470,47	0,44	86,03	C
C2672	VIDRO COMUM EM CAIXILHOS C/MASSA ESP.= 6mm, COLOCADO	SEINFRA	Serviço	M2	13,10	R\$ 254,19	R\$ 3.329,89	0,42	86,45	C
C4765	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 5/8"X 2.40M	SEINFRA	Serviço	UN	10,00	R\$ 329,79	R\$ 3.297,90	0,41	86,86	C
C0553	CABO EM PVC 1000V 25MM2	SEINFRA	Serviço	M	126,70	R\$ 25,14	R\$ 3.185,24	0,40	87,26	C
C0068	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCO DE CONCRETO (14x19x39)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP=14 cm	SEINFRA	Serviço	M2	34,56	R\$ 90,90	R\$ 3.141,50	0,39	87,66	C
00039445	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE	SINAPI	Material	UN	23,00	R\$ 129,58	R\$ 2.980,34	0,37	88,03	C
C2628	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 50mm (1 1/2")	SEINFRA	Serviço	M	64,30	R\$ 45,69	R\$ 2.937,87	0,37	88,40	C
C0627	CAIXA DE PASSAGEM COM TAMPA PARAFUSADA 150X150X80mm	SEINFRA	Serviço	UN	57,00	R\$ 50,49	R\$ 2.877,93	0,36	88,76	C
C0556	CABO EM PVC 1000V 6MM2	SEINFRA	Serviço	M	255,80	R\$ 10,38	R\$ 2.655,20	0,33	89,09	C
00039387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	SINAPI	Material	UN	306,00	R\$ 8,60	R\$ 2.631,60	0,33	89,42	C
C2530	TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 10KM	SEINFRA	Serviço	M3	62,86	R\$ 38,60	R\$ 2.426,40	0,30	89,73	C
00039479	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 460 V,	SINAPI	Material	UN	16,00	R\$ 147,36	R\$ 2.357,76	0,30	90,02	C
C0358	BANCADA DE GRANITO PRETO C/BOLEAMENTO DUPLO (COLOCADO)	SEINFRA	Serviço	M2	2,40	R\$ 921,96	R\$ 2.212,70	0,28	90,30	C
C3619	DUTOS FLEXÍVEIS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) - D=2", INCLUSIVE CONEXÕES	SEINFRA	Serviço	M	58,50	R\$ 37,70	R\$ 2.205,45	0,28	90,58	C
C4792	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V	SEINFRA	Serviço	UN	77,00	R\$ 28,50	R\$ 2.194,50	0,28	90,86	C
C1280	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	SEINFRA	Serviço	M2	88,20	R\$ 24,64	R\$ 2.173,25	0,27	91,13	C
COMP02	PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE CORRER, 2 FOLHAS (1.80 X 2.00) m, E=10 mm, INSTALADA	Não cadastrado	UN		1,00	R\$ 2.146,30	R\$ 2.146,30	0,27	91,40	C
C5188	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" E 1U DE ALTURA	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 1.056,87	R\$ 2.113,74	0,27	91,66	C
C1988	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.90X 2.10)m	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 1.052,89	R\$ 2.105,78	0,26	91,93	C
C1043	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO	SEINFRA	Serviço	M3	33,16	R\$ 62,63	R\$ 2.076,81	0,26	92,19	C
C4951	VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=10MM, COLOCADO	SEINFRA	Serviço	M2	4,39	R\$ 460,14	R\$ 2.020,01	0,25	92,44	C
C2625	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 25mm(3/4")	SEINFRA	Serviço	M	76,92	R\$ 24,03	R\$ 1.848,39	0,23	92,67	C



C4821	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR S/TORNEIRA C/ACESSÓRIOS	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 364,52	R\$ 1.822,60	0,23	92,90	C
C2075	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ.SOBREPOR ATÉ 24 DIVISÕES 450X315X135mm, C/BARRAMENTO	SEINFRA	Serviço	UN	4,00	R\$ 446,73	R\$ 1.786,92	0,22	93,13	C
C0702	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	SEINFRA	Serviço	M3	62,86	R\$ 28,37	R\$ 1.783,34	0,22	93,35	C
C2097	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=65 A 100mm (2 1/2" A 4")	SEINFRA	Serviço	M	110,00	R\$ 16,16	R\$ 1.777,60	0,22	93,57	C
COMP04	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO PRESSURIZADO 6KG		Não cadastrado	UN	8,00	R\$ 213,85	R\$ 1.710,80	0,21	93,79	C
C2186	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA CROMADA D= 20mm (3/4")	SEINFRA	Serviço	UN	15,00	R\$ 110,31	R\$ 1.654,65	0,21	94,00	C
C4835	ESPELHO CRISTAL, ESPESURA 4MM, COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, SEM MOLDURA	SEINFRA	Serviço	M2	3,02	R\$ 524,98	R\$ 1.585,44	0,20	94,20	C
C1206	EMASSAMENTO DE ESQUADRIAS DE MADEIRA P/TINTA ÓLEO OU ESMALTE 2 DEMÃOS	SEINFRA	Serviço	M2	88,20	R\$ 17,80	R\$ 1.569,96	0,20	94,39	C
C5191	TOMADA PARA LÓGICA, COM 2 CONECTORES RJ45, 8 FIOS, CAT-6, COMPLETA PARA CAIXA 4"x2" (NÃO INCLUSA)	SEINFRA	Serviço	UN	16,00	R\$ 89,27	R\$ 1.428,32	0,18	94,57	C
C1092	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 10A	SEINFRA	Serviço	UN	58,00	R\$ 24,06	R\$ 1.395,48	0,18	94,75	C
C1240	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM.= 65 A100mm (2 1/2" A 4")	SEINFRA	Serviço	M	110,00	R\$ 12,31	R\$ 1.354,10	0,17	94,92	C
C2596	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=50mm (2")	SEINFRA	Serviço	M	53,43	R\$ 24,78	R\$ 1.324,00	0,17	95,08	C
91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	Serviço	UN	29,00	R\$ 45,16	R\$ 1.309,64	0,16	95,25	C
C4532	PATCH CORD, CATEGORIA 6, EXTENSAO DE 2.50 M	SEINFRA	Serviço	UN	32,00	R\$ 40,82	R\$ 1.306,24	0,16	95,41	C
C1869	PEITORIL DE GRANITO L= 15 cm	SEINFRA	Serviço	M	13,50	R\$ 95,24	R\$ 1.285,74	0,16	95,57	C
C1792	MICTORIO DE LOUÇA BRANCA	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 636,24	R\$ 1.272,48	0,16	95,73	C
C1049	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	SEINFRA	Serviço	M3	4,50	R\$ 271,39	R\$ 1.221,26	0,15	95,89	C
C1779	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES C/ MANTA ASFÁLTICA PRÉ-FABRICADA, C/ VÉU DE POLIÉSTER	SEINFRA	Serviço	M2	33,66	R\$ 34,39	R\$ 1.157,57	0,15	96,03	C
C1256	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	SEINFRA	Serviço	M3	17,56	R\$ 54,09	R\$ 949,82	0,12	96,15	C
C2598	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=75mm (3")	SEINFRA	Serviço	M	24,48	R\$ 38,23	R\$ 935,87	0,12	96,27	C
C1985	PORTA INTERNA DE CEDRO LISA COMPLETA UMA FOLHA (0.60X 2.10)m	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 934,72	R\$ 934,72	0,12	96,39	C
95779	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	SINAPI	Serviço	UN	37,00	R\$ 25,23	R\$ 933,51	0,12	96,50	C
C2095	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=15 A 25mm (1/2" A 1")	SEINFRA	Serviço	M	126,92	R\$ 7,12	R\$ 903,67	0,11	96,62	C
C0095	APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/MAÇO DE 30 A 60 KG	SEINFRA	Serviço	M2	27,66	R\$ 31,38	R\$ 867,97	0,11	96,73	C
C1427	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2mm E 6mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	SEINFRA	Serviço	M2	76,74	R\$ 11,30	R\$ 867,16	0,11	96,84	C
C1548	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=4" (110mm)	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 161,50	R\$ 807,50	0,10	96,94	C
C4565	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO - D.I.O. PARA 24 FIBRAS MONO- MODO, COM CONECTORES ST, PADRÃO 19"	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 807,13	R\$ 807,13	0,10	97,04	C
C1898	PEÇAS DE APOIO DEFICIENTES C/TUBO INOX PWC'S	SEINFRA	Serviço	M	4,10	R\$ 195,90	R\$ 803,19	0,10	97,14	C
C2096	RASGO EM ALVENARIA P/TUBULAÇÕES D=32 A 50mm (1 1/4" A 2")	SEINFRA	Serviço	M	70,00	R\$ 11,16	R\$ 781,20	0,10	97,24	C
C1544	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=2 1/2" (75mm)	SEINFRA	Serviço	UN	10,00	R\$ 74,38	R\$ 743,80	0,09	97,33	C
C1238	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM. = 15 A 25mm (1/2" A 1")	SEINFRA	Serviço	M	126,92	R\$ 5,52	R\$ 700,60	0,09	97,42	C
C4927	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO CROMADO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	SEINFRA	Serviço	UN	11,00	R\$ 63,00	R\$ 693,00	0,09	97,51	C
I6431	CAIXA DE EMBUTIR PVC - 3X3 OCTOGONAL	SEINFRA	Material	UN	154,00	R\$ 4,22	R\$ 649,88	0,08	97,59	C
C0836	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	SEINFRA	Serviço	M3	1,27	R\$ 502,89	R\$ 638,67	0,08	97,67	C
C1541	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=1 1/4" (40mm)	SEINFRA	Serviço	UN	22,00	R\$ 28,71	R\$ 631,62	0,08	97,75	C
C1199	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 50mm (1 1/2")	SEINFRA	Serviço	M	16,70	R\$ 37,44	R\$ 625,25	0,08	97,83	C
C1761	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 50mm (2")	SEINFRA	Serviço	UN	51,00	R\$ 11,76	R\$ 599,76	0,08	97,90	C
C1999	PORTÃO DE FERRO EM BARRA CHATA TIPO TIJOLINHO	SEINFRA	Serviço	M2	2,70	R\$ 211,68	R\$ 571,54	0,07	97,97	C
C1540	JOELHO OU CURVA PVC ROSC. D=1 1/2" (50mm)	SEINFRA	Serviço	UN	19,00	R\$ 29,87	R\$ 567,53	0,07	98,04	C
C1239	ENCHIMENTO DE RASGO C/ARGAMASSA DIAM. = 32 A 50mm (1 1/4" A 2")	SEINFRA	Serviço	M	70,00	R\$ 7,76	R\$ 543,20	0,07	98,11	C
COMP03	TUBO COBRE D= 22mm (3/4") CLASSE A, INCLUSIVE CONEXÕES		Não cadastrado	M	3,84	R\$ 136,50	R\$ 524,16	0,07	98,18	C
C1758	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 100mm (4")	SEINFRA	Serviço	UN	21,00	R\$ 24,80	R\$ 520,80	0,07	98,24	C
C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	SEINFRA	Serviço	UN	7,00	R\$ 72,80	R\$ 509,60	0,06	98,31	C
97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	SINAPI	Serviço	UN	27,00	R\$ 17,60	R\$ 475,20	0,06	98,37	C
C2270	SIFÃO CROMADO 1 1/4" X 2" (INSTALADO)	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 208,76	R\$ 417,52	0,05	98,42	C
C4649	SINALIZAÇÃO PARA EXTINTOR	SEINFRA	Serviço	UN	8,00	R\$ 51,89	R\$ 415,12	0,05	98,47	C
C1064	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO	SEINFRA	Serviço	M2	28,25	R\$ 14,61	R\$ 412,73	0,05	98,52	C
C1890	PETROLET ALUMÍNIO DE 3/4", TIPO T - X - L	SEINFRA	Serviço	UN	16,00	R\$ 25,51	R\$ 408,16	0,05	98,58	C
C2666	VERGA RETA DE CONCRETO ARMADO	SEINFRA	Serviço	M3	0,22	R\$ 1.808,40	R\$ 397,85	0,05	98,63	C
C1494	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V	SEINFRA	Serviço	UN	22,00	R\$ 17,52	R\$ 385,44	0,05	98,67	C



C1705	LUVA AÇO GALV. D=15mm (1/2") À 25mm (1")	SEINFRA	Serviço	UN	8,00	R\$ 47,73	R\$ 381,84	0,05	98,72	C
C1990	PORTA SABÃO LÍQUIDO DE VIDRO (INSTALADO)	SEINFRA	Serviço	UN	7,00	R\$ 53,36	R\$ 373,52	0,05	98,77	C
C1194	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXOES D= 60mm (2")	SEINFRA	Serviço	M	7,60	R\$ 49,06	R\$ 372,86	0,05	98,82	C
C2348	TÊ PVC BRANCO C/REDUÇÃO P/ESGOTO D=100X75mm (4"X3")	SEINFRA	Serviço	UN	7,00	R\$ 51,03	R\$ 357,21	0,04	98,86	C
C4850	PLACA EM ACRÍLICO ADESIVADA PARA SINALIZAÇÃO COM INDICAÇÃO DE ROTA DE FUGA 26X13CM	SEINFRA	Serviço	M	26,00	R\$ 12,94	R\$ 336,44	0,04	98,90	C
C0601	CAIXA DE GORDURA/SABÃO EM ALVENARIA	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 334,51	R\$ 334,51	0,04	98,94	C
C2172	REGISTRO DE PRESSÃO C/CANOPLA CROMADA D= 20mm (3/4")	SEINFRA	Serviço	UN	3,00	R\$ 105,53	R\$ 316,59	0,04	98,98	C
C2595	TUBO PVC BRANCO P/ESGOTO D=40mm (1 1/2")	SEINFRA	Serviço	M	17,20	R\$ 17,97	R\$ 309,08	0,04	99,02	C
00039996	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM)	SINAPI	Material	M	58,00	R\$ 5,26	R\$ 305,08	0,04	99,06	C
C1762	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 75mm (3")	SEINFRA	Serviço	UN	15,00	R\$ 20,11	R\$ 301,65	0,04	99,10	C
C1130	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 70A	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 143,81	R\$ 287,62	0,04	99,14	C
C2359	TÊ PVC BRANCO P/ESGOTO D=50mm (2")-JUNTAS SOLD.	SEINFRA	Serviço	UN	12,00	R\$ 23,76	R\$ 285,12	0,04	99,17	C
C2093	RALO SECO PVC RÍGIDO	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 56,00	R\$ 280,00	0,04	99,21	C
C1996	PORTA TOALHA DE PAPEL - METALICO (INSTALADO)	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 55,97	R\$ 279,85	0,04	99,24	C
C2505	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA USO GERAL	SEINFRA	Serviço	UN	4,00	R\$ 69,68	R\$ 278,72	0,04	99,28	C
C4669	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=50mm (2")	SEINFRA	Serviço	UN	12,00	R\$ 21,56	R\$ 258,72	0,03	99,31	C
C1718	LUVA PVC BRANCO ROSC. D= 1 1/4" (40mm)	SEINFRA	Serviço	UN	17,00	R\$ 14,57	R\$ 247,69	0,03	99,34	C
C0089	ANEL DE IMPERMEABILIZAÇÃO C/ARMAÇÃO EM FERRO	SEINFRA	Serviço	M3	0,30	R\$ 808,69	R\$ 242,61	0,03	99,37	C
C1093	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	SEINFRA	Serviço	UN	10,00	R\$ 24,06	R\$ 240,60	0,03	99,40	C
C1279	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO	SEINFRA	Serviço	M2	5,40	R\$ 44,42	R\$ 239,87	0,03	99,43	C
C4670	PORTA PAPEL METÁLICO	SEINFRA	Serviço	UN	7,00	R\$ 34,26	R\$ 239,82	0,03	99,46	C
C1481	INTERRUPTOR DUAS TECLAS PARALELO 10A 250V	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 44,11	R\$ 220,55	0,03	99,49	C
C1492	INTERRUPTOR UMA TECLA PARALELO 10A 250V	SEINFRA	Serviço	UN	9,00	R\$ 24,02	R\$ 216,18	0,03	99,52	C
C1200	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 75mm (2 1/2")	SEINFRA	Serviço	M	3,00	R\$ 66,33	R\$ 198,99	0,02	99,54	C
C1119	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 99,06	R\$ 198,12	0,02	99,57	C
C1121	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 99,06	R\$ 198,12	0,02	99,59	C
C1181	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1"	SEINFRA	Serviço	M	5,70	R\$ 34,11	R\$ 194,43	0,02	99,62	C
C2350	TÊ PVC BRANCO C/REDUÇÃO P/ESGOTO D=75X50mm (3"X2")	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 35,38	R\$ 176,90	0,02	99,64	C
91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	Serviço	UN	5,00	R\$ 35,08	R\$ 175,40	0,02	99,66	C
C0467	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 2"	SEINFRA	Serviço	UN	21,00	R\$ 8,32	R\$ 174,72	0,02	99,68	C
C4390	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=100mm (4")	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 33,22	R\$ 166,10	0,02	99,70	C
C2363	TÊ PVC BRANCO P/ESGOTO D=75mm (3")-JUNTAS SOLD.	SEINFRA	Serviço	UN	4,00	R\$ 41,38	R\$ 165,52	0,02	99,72	C
00020142	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 75 X 75 MM, PARA ESGOTO	SINAPI	Material	UN	4,00	R\$ 39,61	R\$ 158,44	0,02	99,74	C
92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	Serviço	UN	5,00	R\$ 31,18	R\$ 155,90	0,02	99,76	C
C1117	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 100A	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 143,81	R\$ 143,81	0,02	99,78	C
C4627	PLACA EM ALUMÍNIO 20x20cm C/ VINIL APLICADO EM 1 FACE E FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	SEINFRA	Serviço	UN	8,00	R\$ 17,17	R\$ 137,36	0,02	99,80	C
C4820	TORNEIRA DE PAREDE P/ PIA, ACABAMENTO CROMADO, C/ BICA MÓVEL E AREJADOR, 1/2" OU 3/4"	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 125,25	R\$ 125,25	0,02	99,81	C
00011880	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA CEGA	SINAPI	Material	UN	1,00	R\$ 111,50	R\$ 111,50	0,01	99,83	C
C1584	JUNÇÃO SIMPLES C/INSPEÇÃO PVC P/ESGOTO D=100mm (4")	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 48,40	R\$ 96,80	0,01	99,84	C
I2272	VÁLVULA DE METAL 1"	SEINFRA	Material	UN	5,00	R\$ 19,12	R\$ 95,60	0,01	99,85	C
C4823	TERMINAL DE VENTILACAO PVC 75 MM	SEINFRA	Serviço	UN	3,00	R\$ 27,78	R\$ 83,34	0,01	99,86	C
C3347	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:4) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	SEINFRA	Serviço	M3	0,15	R\$ 543,87	R\$ 81,58	0,01	99,87	C
C3695	REGISTRO GLOBO EM BRONZE ROSC. DE 3/4"	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 79,81	R\$ 79,81	0,01	99,88	C
C1250	ENVELOPE DE CONCRETO P/PROTEÇÃO DE TUBO PVC ENTERRADO	SEINFRA	Serviço	M	3,84	R\$ 19,45	R\$ 74,69	0,01	99,89	C
C4567	BANDEJA MÓVEL, PADRÃO 19"	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 68,81	R\$ 68,81	0,01	99,90	C
C2145	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC BRANCO REFORÇADO D=75X50mm (3"X2")	SEINFRA	Serviço	UN	4,00	R\$ 17,07	R\$ 68,28	0,01	99,91	C
00006149	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2"	SINAPI	Material	UN	5,00	R\$ 11,75	R\$ 58,75	0,01	99,92	C
C1484	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES UMA PARALELO 10A 250V	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 51,47	R\$ 51,47	0,01	99,92	C
C2626	TUBO PVC SOLD. MARROM INCL.CONEXÕES D= 32mm(1")	SEINFRA	Serviço	M	1,52	R\$ 32,10	R\$ 48,79	0,01	99,93	C
C1582	JUNÇÃO SIMPLES DE REDUÇÃO PVC P/ESGOTO 100X50mm(4"X2")	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 48,64	R\$ 48,64	0,01	99,93	C



C1095	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 24,06	R\$ 48,12	0,01	99,94	C
00020141	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 50 X 50 MM, PARA ESGOTO	SINAPI	Material	UN	2,00	R\$ 22,51	R\$ 45,02	0,01	99,95	C
C4568	ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL, ABERTO, PADRÃO RACK 19"	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 39,68	R\$ 39,68	0,00	99,95	C
C0797	CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO)	SEINFRA	Serviço	UN	3,00	R\$ 13,22	R\$ 39,66	0,00	99,96	C
C1712	LUVA PIELETRODUTO PVC ROSC. D= 50mm (1 1/2")	SEINFRA	Serviço	UN	5,00	R\$ 7,42	R\$ 37,10	0,00	99,96	C
C1579	JUNÇÃO SIMPLES DE REDUÇÃO PVC P/ESGOTO 75X50mm (3"X2")	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 36,95	R\$ 36,95	0,00	99,97	C
C5201	TELA DE ADVERTÊNCIA SUBTERRÂNEA COM FITA LARGURA 40CM AMARELA - APLICADA	SEINFRA	Serviço	M	3,84	R\$ 8,90	R\$ 34,18	0,00	99,97	C
C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	SEINFRA	Serviço	M3	0,58	R\$ 48,92	R\$ 28,37	0,00	99,97	C
C4389	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=75mm (3")	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 27,68	R\$ 27,68	0,00	99,98	C
C1178	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 1 1/4"	SEINFRA	Serviço	M	0,60	R\$ 42,93	R\$ 25,76	0,00	99,98	C
C1710	LUVA PIELETRODUTO PVC ROSC. D= 32mm (1")	SEINFRA	Serviço	UN	6,00	R\$ 3,81	R\$ 22,86	0,00	99,98	C
C4388	JOELHO 45 PVC BRANCO PARA ESGOTO D=40mm (1 1/4")	SEINFRA	Serviço	UN	1,00	R\$ 19,65	R\$ 19,65	0,00	99,99	C
C0468	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 3"	SEINFRA	Serviço	UN	2,00	R\$ 9,82	R\$ 19,64	0,00	99,99	C
I1790	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC ESGOTO 100X50MM	SEINFRA	Material	UN	2,00	R\$ 9,52	R\$ 19,04	0,00	99,99	C
C2921	REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	SEINFRA	Serviço	M3	0,58	R\$ 31,38	R\$ 18,20	0,00	99,99	C
00004342	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 3/8"	SINAPI	Material	UN	58,00	R\$ 0,31	R\$ 17,98	0,00	100,00	C
C1709	LUVA PIELETRODUTO PVC ROSC. D= 25mm (3/4")	SEINFRA	Serviço	UN	6,00	R\$ 2,48	R\$ 14,88	0,00	100,00	C
00039386	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	SINAPI	Material	UN	2,00	R\$ 6,00	R\$ 12,00	0,00	100,00	C
C0550	CABO EM PVC 1000V 16MM2	SEINFRA	Serviço	M	0,60	R\$ 18,62	R\$ 11,17	0,00	100,00	C

Subtotal até 100,00% R\$ 796.237,04

Outros: R\$ 0,00

Valor total do Orçamento: R\$ 796.237,04



ANEXO II – CARTA PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À Comissão de Contratação 02

Fortaleza-CE

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº **20260002/DETRAN/CE**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução das obras objeto do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº _____, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução de _____ (_____) dias corridos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____ e CPF nº _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de _____ (_____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Atenciosamente,

.....
FIRMA PROPONENTE / CNPJ

.....
REPRESENTANTE LEGAL / CPF



ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____ E (O) A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1.O presente contrato tem como fundamento a Concorrência Eletrônica nº **20260002/DETRAN/CE**, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos da Concorrência Eletrônica nº **20260002/DETRAN/CE**, as Especificações Técnicas, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de EXECUÇÃO DE OBRA COMUM DE REFORMA DO ESPAÇO BEM-ESTAR (SEDE DETRAN/CE/ MARAPONGA), Av. Godofredo Maciel, 2900 – Maraponga – Fortaleza- CEARÁ, nas condições estabelecidas neste contrato, nas Especificações Técnicas do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por *empreitada* por preço unitário.

5.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 06 (seis) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

5.2.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 20.7 do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Liquidação

8.1.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período

8.1.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.1.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 16.16 do edital.

8.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.2. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.2.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos índices constantes da revista "CONJUNTURA ECONÔMICA" (Índice Nacional da Construção Civil – INCC) editada pela Fundação Getúlio Vargas, de correção monetária

8.3. Forma de pagamento

8.3.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4. Antecipação do Pagamento

8.4.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pelo CONTRATANTE (12.03/2026).

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação dos índices constantes da revista "CONJUNTURA ECONÔMICA" (Índice Nacional da Construção Civil – INCC) editada pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.3.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.3.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

10.1.3 Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.1.5 Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.6 Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento;

10.1.7 Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.1.8 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.1.9 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.1.10 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.2.1. São obrigações da CONTRATADA, o dever de cumprir com todas as disposições constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.2.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.2.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.1.8. Entregar a comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, junto das faturas/notas para pagamento, por meio dos documentos tratados neste instrumento.

10.2.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.2.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.2.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.2.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.2.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.2.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.2.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.2.1.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

10.2.1.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

10.2.1.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.2.1.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

10.2.1.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.2.1.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

10.2.1.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.2.1.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

10.2.1.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.2.1.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

10.2.1.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

10.2.1.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os

comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto

10.2.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.2.1.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.2.1.37. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.2.1.38. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10.2.1.39. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10.2.1.40. Cumprir os critérios e práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos

na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

12.2. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 12.6, deste instrumento de contrato.

12.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

12.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

12.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 12.7, observada a legislação que rege a matéria.

12.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica no Banco Bradesco S.A., com correção monetária.

12.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

12.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

12.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.14. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.15. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

12.19. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.

DA GARANTIA ADICIONAL

12.20. Caso a proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública, será exigida uma garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste contrato (inteligência do §5º do art. 59 da Lei federal nº 14.133/2021). 12.20.1. Aplica-se, no que couber e que não colidirem, aquelas regras que regulam a garantia da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de *0,3% (zero vírgula três por cento)* por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de *30 (trinta) dias*

13.2.4.2. Moratória de *0,1% (zero vírgula um por cento)* por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de *1% (um por cento)* pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. O atraso superior a *60 (sessenta) dias* autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de *10% (dez por cento)* sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Completa: 08200003.26.782.313.13176.03.449051.1.5011200070.1

Reduzida: 29623

15.2.1. Gestão/Unidade: 08200003 -DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

15.2.2. Fonte de Recursos: 501 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS

15.2.3. Programa de Trabalho: 313 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE – AÇÃO: 13176 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DO DETRAN-CE

15.2.4. Elemento de Despesa: 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____ (nome completo), CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

19.2. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato _____ (nome completo), CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

(nome do representante)

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20260002/DETRAN/CE

PROCESSO Nº _____

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de _____, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)

(assinatura e carimbo constando o nome)

ANEXO V – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20260002/DETRAN/CE

PROCESSO Nº _____

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de _____. DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura, decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)